

EDITAL DE SELEÇÃO 001/2025

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ProPed/UERJ) MESTRADO ACADÊMICO – TURMA 2026/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período **de 10 de junho (10h) a 10 de julho (23h59)**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (ProPed) Curso de Mestrado Acadêmico, para turma com início no 1º semestre de 2026. O presente edital atende o cumprimento às Leis Estaduais nº. 6.914/2014 e nº. 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário constante no item VII.2 deste edital.

I. - VAGAS E CANDIDATOS:

I.1. Serão oferecidas **54 vagas** para o curso de Mestrado Acadêmico, destinadas aos portadores de diploma de curso superior de graduação plena, outorgado por instituição de ensino superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Destas vagas, **16 vagas** (30% do total) serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, distribuídas em três diferentes estratos, a saber: **6 vagas** para estudantes graduados negros e indígenas, **6 vagas** para graduados da rede pública ou privada de ensino superior que tenha recebido financiamento público, e **4 vagas** para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

I.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se tiver sido aprovado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao Programa, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A documentação poderá ser enviada ao órgão competente para apuração da existência de crime, nos termos da legislação penal vigente.

I.3. Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

I.4. O preenchimento do total de vagas oferecidas no edital dependerá da existência de candidatos aprovados em número suficiente para tanto.

I.5. A disponibilidade de vagas, distribuídas por projetos de orientadores, encontra-se no Anexo II deste edital.

I.6. A Comissão de Seleção reserva-se o direito de:

I.6.a) Proceder ao remanejamento entre linhas de pesquisa/orientadores/ áreas de concentração de candidato aprovado na seleção, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.

I.6.b) Não havendo inscrições para as **16 vagas destinadas ao sistema de cotas**, em qualquer dos estratos, elas serão remanejadas para a demanda geral.

I.7 A DISPONIBILIDADE DE VAGAS, POR PROJETOS DE ORIENTADORES, ENCONTRA-SE

NO ANEXO II DESTE EDITAL.

I.8 A LISTA DOS PROJETOS DOS PROFESSORES COM A DISPONIBILIDADE DE VAGA PARA ORIENTAÇÃO DE MESTRADO ENCONTRA-SE NO ANEXO III DESTE EDITAL.

II- DA REALIZAÇÃO:

II.1 Em cumprimento às Leis Estaduais 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, distribuídas pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

Obs.: As orientações específicas para concorrer às vagas reservadas aos grupos de cotas estão especificadas no ANEXO I deste edital.

III - INSCRIÇÕES:

III.1 Período e processo das inscrições:

a) As inscrições, para todos os candidatos, inclusive aqueles que optarem pela seleção por cotas, serão realizadas no período de 10h do dia **10 de junho (10h) a 10 de julho (23h59)**, no endereço www.proped.pro.br/selecao/

b) Dúvidas, detalhamentos ou informações deverão ser enviadas para o e-mail da comissão comissao_mestrado@proped.pro.br (clique aqui)

b.1) Os candidatos terão acesso ao formulário de inscrição, clicando em “Inscrições Mestrado”. Em seguida, deverão observar as instruções subsequentes. Preenchido o formulário de inscrição por completo (dados pessoais e acadêmicos), o candidato visualizará, na mesma página de inscrição, o link de acesso ao site do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Todo o processo de inscrição é feito no site do Proped, apenas a geração do boleto se faz no site do CEPUERJ.

c) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, neste mesmo formulário de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas se candidatam, em conformidade com o disposto no item I deste edital.

c.1) O candidato ao sistema de cotas poderá solicitar isenção do pagamento de inscrição e na ficha de inscrição, aba *uploads*, inserir como documento o boleto emitido pelo Cepuerj sem comprovante de pagamento.

c.2) O candidato que receber o deferimento de sua solicitação deverá encaminhá-la para o e-mail da Comissão de Seleção de Mestrado (comissao_mestrado@proped.pro.br), conforme data fixada no Calendário Relativo ao Processo de Ingresso pelo Sistema de Cotas.

c.3) O candidato que não obtiver o deferimento de sua solicitação deverá realizar o pagamento da inscrição e enviar o comprovante para o e-mail da Comissão de Seleção de Mestrado (cotas_mestrado@proped.pro.br) no prazo estabelecido no item VII.2.f, deste edital. **O NÃO PAGAMENTO IMPLICARÁ NA SUA ELIMINAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO.**

d) Os candidatos deverão efetuar o envio de **todos os documentos** listados no item III.2, escaneados em formato PDF, em arquivo único, **por tipo de documento**, em links específicos no seu formulário de inscrição, disponíveis após preenchimento dos dados acadêmicos (aba *uploads*). **OBSERVAÇÃO: OS DOCUMENTOS PRECISAM ESTAR LEGÍVEIS, EM CASO CONTRÁRIO A INSCRIÇÃO NÃO SERÁ HOMOLOGADA.**

e) A documentação relativa às cotas deve ser enviada em arquivos separados, **NA DATA ESPECIFICADA NO CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS.**

e.1) Os arquivos devem ser nomeados conforme a natureza de cada um deles. A comissão de análise de cotas da UERJ não aceitará arquivo único e o processo será devolvido como erro de montagem processual. Vide Anexo I.

f) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a Língua Estrangeira, a saber: Inglês, Espanhol ou

Francês.

f.1. Não haverá alteração de opção de Língua Estrangeira após o encerramento de inscrições.

f.2. Poderá ser solicitada isenção da Língua Estrangeira desde que a faça no formulário de inscrição, **COM UPLOAD DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA LEGÍVEL. Poderão ser aceitos para fins comprobatórios: certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas).**

g) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual pretende se vincular, conforme Anexo III deste edital.

h) Pessoas com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista, deverão informar no ato da inscrição o tipo de adequação, acessibilidade ou adaptação que necessitará para realizar a prova.

i) Dúvidas, esclarecimentos ou informações deverão ser enviadas para o e-mail da comissão: comissao_mestrado@proped.pro.br

III. 2 Documentos exigidos:

III.2.1 Todos os documentos abaixo listados devem ser digitalizados em formato PDF e enviados através de *link* disponível na área de inscrições *on-line*. Os documentos devem estar em arquivos separados e nomeados de acordo com a natureza de cada um. **Não serão aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum deles.** Não serão aceitos documentos de qualquer natureza após o prazo de inscrição no processo seletivo informado no calendário geral deste edital. **A falta de qualquer documento implicará na NÃO HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

a) Plano de trabalho conforme modelo disponível na área de inscrições *on-line* - com no mínimo 4 (quatro) páginas e, no máximo 6 (seis), incluindo referências. **NÃO SERÁ FORNECIDO MODELO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO, MAS O CANDIDATO PRECISA ESTAR ATENTO QUE SE TRATA DE UM PLANO DE TRABALHO ACADÊMICO.**

b) **Frente e verso** do Diploma de Graduação plena em curso credenciado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ou da Certidão de Colação de Grau, emitida pela instituição de Ensino Superior (IES);

b.1 Candidatos com diploma de graduação emitido por Instituição de Ensino Superior estrangeira, devem proceder segundo item III.3.

b.2 Candidatos cujos diplomas ainda não tenham sido expedidos pela IES no ato da inscrição para o processo seletivo, poderão se inscrever, desde que apresentem declaração da IES indicando as datas de conclusão e colação de grau do curso de graduação. Se aprovado, o candidato deverá apresentar a declaração de conclusão e histórico até o dia **28 de fevereiro de 2026**, para conferência da secretaria, sob pena de ter cancelada sua matrícula.

b.3 No caso de candidatos possíveis concluintes de curso de graduação, com término previsto para o **segundo semestre de 2025**, é obrigatória a apresentação de declaração da IES de origem, indicando a data da provável conclusão do curso ou colação de grau. **Os possíveis concluintes de curso de graduação devem apresentar, até 28 de fevereiro de 2026, a declaração de colação de grau; A data de Colação não poderá ser posterior à data da matrícula indicada no calendário desse edital.**

a) Histórico Escolar completo da graduação com a data da colação de grau;

a) Currículo no formato Lattes com a produção dos últimos 5 anos (2021 a 2025). Em caso de maternidade ou adoção, a certidão deverá ser incluída como primeira página dos documentos comprobatórios e nesse caso será contabilizada a produção entre 2019 e 2025.

b) Documentos comprobatórios do Currículo Lattes (em um único arquivo organizado a partir dos blocos a seguir: 1. Produção acadêmica, 2. Produção técnica e experiência em pesquisa, 3. Experiência profissional).

a) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Órgão ou Conselho de Classe com foto ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e CPF. No caso de a Identidade constar o número do CPF, este fica dispensado;

a) Foto 3x4

b) **Para candidatos da ampla concorrência, anexar o boleto do CEPUERJ e o comprovante de pagamento.**

h.1 Para candidatos pelo sistema de cotas, anexar somente o boleto do CEPUERJ no ato da inscrição.

h.2 Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, o candidato deverá atender às instruções específicas do ANEXO I - INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS. Os candidatos devem estar atentos aos prazos estabelecidos no item VII, 7.2, deste edital.

- a) Dúvidas, esclarecimentos ou informações deverão ser enviadas para o e-mail da comissão: comissao_mestrado@proped.pro.br

III.3. Candidatos com diplomas emitidos por Instituições de Ensino Superior no exterior:

III.3.1. Todos os candidatos com diplomas e históricos escolares emitidos no exterior deverão apresentar os documentos, ambos reconhecidos por instituição brasileira credenciada para este fim ou, em caso de países signatários da Convenção da Haia, apostilados com a apostila de Haia.

III.3.2. Candidatos estrangeiros deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol;

III.3.3. Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol;

III.3.4. Folha com identificação do passaporte válido, juntamente com folha com visto de entrada no Brasil, se cabível;

III.4. Resultado da Inscrição:

a) A inscrição dos candidatos no processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) só será confirmada após verificação da documentação apresentada.

b) O resultado da homologação da inscrição será divulgado no dia **08 de agosto de 2025**, após 16 horas, no site (www.proped.pro.br/selecao/), aba “Resultados”, em uma listagem constando o número de inscrição e a menção “**Inscrição homologada**” ou “**Inscrição não homologada**”.

c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item III.2 (e III.3, no caso de estrangeiros) terão menção de “Inscrição não homologada”, estando, portanto, eliminados do processo seletivo.

d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.

e) A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória do candidato que concorrer à vaga de cotista, de acordo com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, será feita de acordo com o cronograma de exame de seleção (Item VII.2).

IV - DO PROCESSO SELETIVO:

IV.1– O processo seletivo será constituído das **seguintes etapas obrigatórias:**

a) **Prova Escrita Dissertativa em Língua Portuguesa (caráter eliminatório e classificatório).** A prova será presencial nas dependências da Faculdade de Educação e terá duração máxima de 3 (três) horas, não sendo permitida qualquer forma de consulta durante sua realização. A avaliação da prova levará em conta a capacidade argumentativa, a clareza da exposição, o conhecimento teórico do campo educacional, bem como a correção textual. A prova escrita será corrigida independentemente por 02 (dois) examinadores. A nota do candidato é a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos examinadores. Havendo diferença superior a 02 (dois) pontos nas notas atribuídas pelos dois primeiros examinadores, a prova escrita será avaliada por um terceiro examinador. A média final do candidato será, então, a média aritmética das notas atribuídas pelos 02

(dois) examinadores com menor índice de discrepância. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) estarão aprovados. **Não haverá vista de prova, em nenhuma hipótese.**

a.1. A Prova Escrita servirá para comprovar a proficiência em Língua Portuguesa de candidatos estrangeiros.

b) **Plano de trabalho (classificatório).** O plano de trabalho (com o mínimo de 4 páginas e máximo de 6 páginas, incluindo referências) será avaliado pelo orientador indicado pelo candidato. Essa avaliação se dará mediante a análise da pertinência da temática ao grupo de pesquisa, relevância, organização de ideias e coerência metodológica. Sobre este plano, o orientador indicado dará um parecer de **apto** ou **não apto**, que será incorporado às decisões da Comissão Examinadora. **Os candidatos considerados não aptos após avaliação do Plano de Trabalho estarão eliminados do processo** (Consultar o resumo dos Projetos de Pesquisa dos Professores no **ANEXO III**. Consultar informações sobre Linhas de Pesquisa no site do ProPEd <proped.pro.br>).

c) **Curriculum Lattes, atualizado (eliminatório),** com toda a documentação comprobatória. Para efeitos de análise, só serão consideradas as informações contidas no Curriculum acompanhadas de documentação comprobatória entre os anos de 2021 a 2025. Em caso de maternidade ou adoção, a certidão deverá ser incluída como primeira página dos documentos comprobatórios e nesse caso será contabilizada a produção entre os anos de 2019 e 2025. A documentação comprobatória deve estar organizada e sequenciada de acordo com o Curriculum Lattes.

d) **Arguição oral (caráter eliminatório e classificatório).** A arguição será feita remotamente por link a ser enviado aos candidatos aprovados na etapa Prova Escrita Dissertativa em Língua Portuguesa. A arguição será conduzida por, no mínimo, 02 (dois) professores do ProPEd, sendo um deles, preferencialmente, o professor indicado como orientador para o qual o candidato está concorrendo. Na arguição, o candidato será questionado sobre seu plano de trabalho e seu Curriculum Lattes, com ênfase na defesa de sua adequação e justificativa para ingresso no curso. A avaliação da arguição será realizada com base na apreciação da trajetória acadêmica e profissional do candidato, sua prontidão para elaboração de trabalho acadêmico, suas condições de cumprir as atividades acadêmicas, defesa do plano de trabalho proposto, perspectiva de inserção no contexto do projeto de pesquisa do possível orientador. **TODAS AS DEFESAS SERÃO GRAVADAS** e arquivadas pelo ProPEd.

Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) estarão aprovados.

O acesso ao link só poderá ser feito no horário previamente marcado.

d.1) A avaliação da arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do plano de trabalho (item IV.1.b)

d.2) O candidato com deficiência auditiva/surdez terá direito a intérprete de LIBRAS durante a arguição. Para isso, deverá ser enviado um e-mail à comissão de mestrado solicitando a presença de um intérprete. Essa solicitação deve ser feita em até 48h após a divulgação das datas das arguições.

e) **Prova Escrita de Língua Estrangeira - Francês, Espanhol ou Inglês - (caráter eliminatório).** A prova de Língua Estrangeira será realizada por todos os candidatos aprovados nas etapas indicadas no item IV.1 em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em **04 de dezembro de 2025 das 00h às 23h59**. A prova, de caráter classificatório, ocorrerá na modalidade online e de acordo com o calendário geral.

e.1) Será concedida isenção em Língua Estrangeira APENAS ao candidato que fizer a solicitação no formulário de inscrição, com *upload* da documentação comprobatória.

- e.2) Não serão aceitos pedidos de isenção fora do prazo estabelecido neste edital.
- e.3) Serão aceitas isenções de todas as Línguas Estrangeiras.
- e.4) A isenção da Prova de Língua Estrangeira não será automática e dependerá da análise pela Secretaria do ProPEd em conjunto com a Comissão de Seleção de Mestrado. O resultado do pedido de isenção será publicado posteriormente pela Secretaria do ProPEd.
- e.5) Candidatos estrangeiros poderão solicitar isenção em provas de Língua Estrangeira:
- e.5.1. Candidatos estrangeiros prestarão adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto aqueles oriundos de países lusófonos.
 - e.5.2. Candidatos estrangeiros que comprovarem, por meio da obtenção do CELP (Certificado de Excelência em Língua Portuguesa), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.
- e.6) A prova de Língua Estrangeira, terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em uma Língua Estrangeira. As orientações para a realização da prova online, serão informadas por ocasião da divulgação da data.
- f) **Candidatos com certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas) obtidos entre os anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, poderão solicitar isenção em Língua Estrangeira.** Será considerado aprovado na prova de Língua Estrangeira, o candidato que obtiver a menção **apto**.
- f.1) O candidato que obtiver a menção **não apto** na prova de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização.
 - f.2) Caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o mestrando recém-ingressado será desligado do curso.
 - f.3) **A não realização da prova na data informada implicará na eliminação do candidato do processo.**

V - CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS:

- V.I. São os seguintes os critérios de aprovação:
- V.I.a) Será considerado aprovado para continuidade do processo seletivo o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete) na Prova Escrita Dissertativa em Língua Portuguesa, conforme item IV.1.a.
 - V.I.b) Será aprovado para continuidade do processo seletivo o candidato considerado **APTO** na análise do Plano de Trabalho, conforme item IV.1.b.
 - V.I.c) Será aprovado na análise do Curriculum Lattes o candidato considerado **APTO**.
 - V.I.d) Será aprovado na Arguição Oral o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete), conforme item IV.1.d.
 - V.I.e) Do resultado das etapas (IV.1.a) e (IV.1.d), será extraída uma média final ponderada com peso 3 (três) para a Prova Escrita Dissertativa e peso 2 (dois) para a Arguição Oral;
 - V.I.f) Será aprovado o candidato considerado **APTO** na **Prova Escrita de Língua Estrangeira - Francês, Espanhol ou Inglês - (caráter eliminatório)**. O candidato que obtiver a menção **não apto** na prova de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização. **A não realização da prova na data informada implicará na**

eliminação do candidato do processo.

V.I.g) A média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, podendo ser considerado CLASSIFICADO ou NÃO CLASSIFICADO. **Será desclassificado candidato que obtiver nota menor que 7,0 na arguição oral.**

V.II. São os seguintes os critérios de classificação:

Os candidatos serão classificados para ingresso no projeto do orientador indicado no ato de inscrição no processo de seleção, observadas as seguintes orientações gerais:

- V.II.a) Os candidatos aprovados pelo sistema de cotas constarão em ordem decrescente de médias finais em uma lista própria que orientará sua distribuição no processo de classificação por projetos de orientadores.
- V.II.b) Os candidatos que se inscreveram como cotistas, porém não foram deferidos nas duas fases de cotas, disputarão as vagas da ampla concorrência com os demais candidatos;
- V.II.c) A classificação final dos candidatos far-se-á em listas discriminadas por projeto de orientador, em ordem decrescente de média final, iniciando-se pelos candidatos cotistas oriundos de lista própria seguidos dos candidatos da demanda geral;
- V.II.d) As vagas serão ocupadas pelos candidatos classificados por projeto, respeitado o número de vagas que cada professor orientador foi autorizado a oferecer pelo Colegiado do ProPEd em atendimento a critérios fixados pela CAPES, conforme discriminado no Anexo II;
- V.II.e) Em caso de aprovação superior ao número de vagas por orientador, e havendo vagas ociosas, a comissão de seleção se reserva o direito de redistribuir os candidatos aprovados conforme adequação dos projetos de pesquisa a projetos de outros professores;
- V.II.f) Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
- V.II.g) Será dada prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, segundo a Lei Estadual nº. 8.469 de 15 de julho de 2019;
- V.II.g.1) O mais idoso terá precedência, segundo o Estatuto do Idoso;
- V.II.g.2) maior nota na arguição;
- V.II.g.3) Caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, poderão ser remanejados, a critério da Comissão de Seleção de Mestrado, respeitada sua classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual, expressa anuência das partes envolvidas e aprovação do Colegiado do ProPEd.

VI - MATRÍCULA:

Os candidatos aprovados e selecionados terão direito à matrícula, 02/02/2026 a 04/02/2026, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto e linha de pesquisa neste edital. A matrícula será efetivada automaticamente para todos os ingressantes que tenham sido aprovados no processo de seleção. Os documentos necessários para a matrícula foram inseridos por *upload* no momento da inscrição. São eles:

VI.1.

VI.1.a) Foto 3x4 recente em sua ficha de inscrição (aba *uploads*).

VI.1.b) Diploma de Graduação e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;

VI.1.b.1. No caso de a indicação de reconhecimento do curso não constar do diploma, o candidato precisará solicitar uma declaração à Instituição emissora do documento em que conste essa data.

VI.1.b.2. Em caráter excepcional, poderá ser aceita, provisoriamente, declaração de conclusão da graduação, mantendo-se a apresentação dos demais documentos previstos.

VI.1.b.3. A não apresentação do diploma de graduação/mestrado no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da matrícula, implicará desligamento do aluno do Programa.

VI.1.b.4. **O ingressante que, para comprovar sua inscrição, apresentou declaração de possível conclusão, precisará entregar à secretaria declaração de conclusão com data anterior a 28/02/2026, ou sua matrícula será invalidada.**

c. Histórico escolar completo da Graduação, validado pela instituição emissora;

d. Carteira de identidade ou carteira de habilitação.

e. Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.

f. Declaração de conhecimento da Deliberação que regulamenta o funcionamento do curso

O candidato desistente deverá informar, em prazo hábil, o não interesse em prosseguir com sua matrícula.

Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação exigida, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste edital, item VII.1.u.

A secretaria poderá, a qualquer tempo e desde que com prévio aviso, solicitar a conferência com documentação física dos documentos enviados de forma virtual; não estando, porém, obrigada à sua realização.

A Coordenação do ProPEd informará aos candidatos, pelo site <http://www.proped.pro.br>, e por e-mail enviado pela Secretaria do ProPEd, os procedimentos a serem adotados para a entrega dos documentos.

VII - CALENDÁRIO:

VII-1 CALENDÁRIO GERAL

a) Inscrições	10/06/2025 às 23h59 de 10/07/2025
b) Resultado da homologação das inscrições.	08/08/2025
c) Recurso inscrições ao resultado da homologação das inscrições. Só serão aceitos recursos encaminhados pela página do candidato.	08/08/2025 às 23h59 de 12/08/2025

d) Resposta ao recurso da homologação das inscrições.	19/08/2025
e) Prova escrita dissertativa em língua portuguesa. OBS. A sala de aula será informada no site do ProPEd e no mural da sala 12037 F. O candidato deve chegar no local com antecedência de 1h e dirigir-se à sala de aula onde fará a prova. Local: Dependências da Faculdade de Educação/12º andar do Bloco F.	29/08/2025
f) Resultado da prova escrita.	23/09/2025
g) Recurso ao resultado da prova escrita.	23/09/2025 às 23h59 de 25/09/2025
h) Resultado do recurso da prova escrita.	30/09/2025
i) Resultado da análise do plano de trabalho e currículo.	17/10/2025
j) Recurso ao resultado análise do plano de trabalho e currículo	17/10/2025 às 23h59 de 20/10/2025
k) Resposta ao recurso do resultado da análise do plano de trabalho e currículo	24/10/2025
l) Divulgação das datas de arguição oral.	28/10/2025
m) Período de arguição oral O <i>link</i> de acesso de cada arguição será divulgado na página/área do candidato e enviado por e-mail.	03/11/2025 às 23h59 de 19/11/2025
n) Resultado da arguição oral	24/11/2025
o) Recurso ao resultado da arguição oral	25/11/2025 às 23h59 de 27/11/2025
p) Resultado do recurso à arguição oral	01/12/2025
q) Divulgação dos candidatos aptos à realização da prova de proficiência em língua estrangeira*	02/12/2025
r) Exame de proficiência em língua estrangeira. A Prova será realizada de forma <i>online</i> no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As orientações serão enviadas por email a todos os aprovados.	04/12/2025 até 23h59
s) Resultado do Exame de proficiência em língua estrangeira.	05/12/2025
t) Recurso ao resultado do exame de proficiência em língua estrangeira.	05/12/2025 às 23h59 de 8/12/2025
u) Divulgação do resultado preliminar.	09/12/2025 às 14h
v) Recurso ao resultado preliminar.	09/12/2025 a partir das 14h01 às 13h59 de 11/12/2025
x) Resposta do recurso do resultado preliminar.	11/12/2025 após 18h

w) Resultado final.	12/12/2025 após 16h
y) Confirmação de matrícula. O candidato receberá as informações para acessar o site e conferir sua inscrição em disciplinas com supervisão do orientador/a.	02/02/2026 a 04/02/2026
z) Divulgação da reclassificação Os reclassificados devem consultar os procedimentos de matrícula que constam no item item V deste Edital .	06/02/2026
z.1) Confirmação de matrícula dos reclassificados. O candidato receberá as informações para acessar o site e conferir sua inscrição em disciplinas com supervisão do orientador/a.	09/02/26 e 10/02/2026

VII.2 CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS

Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, o candidato, além de atender aos prazos do calendário geral, deve ficar atento aos prazos específicos estabelecidos neste item.

O sistema de cotas é, antes da especificidade das cotas, um sistema de COTAS SOCIAIS, o candidato que não corresponder aos critérios socioeconômicos estabelecidos na Lei terá seu pedido **INDEFERIDO**.

O candidato deve atender às instruções específicas do **ANEXO I**.

O candidato que solicitar isenção do pagamento de inscrição, **no caso de indeferimento do pedido**, deverá efetuar o pagamento, para continuar participando do processo seletivo conforme estabelecido no item III.1.c). Em caso de não homologação da inscrição (item III.4.b) o candidato estará eliminado do processo seletivo.

O candidato, que no ato da inscrição optou por concorrer ao sistema de cotas, **receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Mestrado informando como deve proceder para fazer o envio dos documentos**. Esse e- mail será divulgado apenas para aqueles que tiveram sua inscrição homologada.

Calendário relativo ao processo de seleção de cotistas:

a) Envio de documentação.	19/09/2025 às 23h59 de 26/09/2025
b) Resultado da análise socioeconômica.	27/10/2025
c) Recurso ao resultado da análise socioeconômica.	28/10/2025 às 23h59 de 30/10/2025
d) Resposta ao recurso da análise socioeconômica.	11/11/2025
e) Resultado da análise de opção de cotas.	24/11/2025
f) Recurso a análise de opção de cotas.	25/11/2025 às 23h59 de 26/11/2025
g) Resultado ao recurso da análise de opção de cotas	08/12/2025

h) Envio do comprovante de pagamento dos candidatos não aprovados por cota (o não envio implicará em eliminação do candidato).	08/12/2025 às 23h59 de 10/12/2025
--	-----------------------------------

VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS:

VIII.1 A inscrição do candidato **implicará** conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, não sendo aceita a alegação de desconhecimento.

VIII.2 O calendário pode ser alterado pelo DEPG, no que concerne aos resultados de análise e recursos de cota em função do número de candidaturas de cotistas. Qualquer alteração do calendário deve ser amplamente divulgada a todos os interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.

VIII.3 Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora. A documentação original ou cópia autenticada anexada no momento da inscrição pelos candidatos selecionados no processo seletivo deverá ser apresentada em data a ser definida posteriormente pela Coordenação do ProPEd; deverá, também, ser assinada declaração de conhecimento da Deliberação que regulamenta o funcionamento do curso. A ausência ou não comprovação de qualquer documento implicará na eliminação do candidato, possibilitando a convocação do próximo classificado da lista dos aprovados

VIII.4 Arguição oral por meio remoto poderá ser remarcada 02 (duas) vezes para o caso de acontecer queda de sinal no dia de sua realização. Em casos excepcionais, e a critério da comissão de seleção, a arguição poderá ser presencial.

VIII.5 O exame de seleção só terá validade para o Curso que será iniciado no **primeiro semestre de 2026**.

VIII.6 Após a inscrição não será permitida qualquer alteração de dados ou informações.

VIII.7 Havendo desistência do candidato aprovado após o início das atividades didático- pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não selecionados, até a quarta semana após o início do período letivo. Após esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.

VIII.8 O plágio ou autoplágio poderá ser arguido a qualquer momento e acarretará a desclassificação do candidato.

VIII.9 O ProPEd não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado nos itens III e IV e em seus subitens; por falta a uma das provas; desistência durante o processo; ou qualquer outra circunstância.

VIII.10 A Comissão de Seleção é composta por 06 (seis) docentes e 06 (seis) docentes suplentes, que se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.

VIII.11 A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do ProPEd para participar das etapas de seleção.

VIII.12 O colegiado do ProPEd deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da comissão de seleção.

VIII.13 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

VIII.14 As gravações das arguições dos candidatos classificados e não classificados no processo seletivo serão armazenadas pelo ProPEd por um prazo não superior a 90 (noventa) dias, a contar da divulgação do resultado final da seleção. Após esse prazo, as gravações serão apagadas.

VIII.15 Os recursos deverão ser solicitados pela página de inscrição do candidato, no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/. **Não serão aceitos recursos encaminhados por outras vias.**

VIII.16 A Coordenação do Programa é responsável pela gerência administrativa e de infraestrutura do processo de seleção.

VIII.17 Qualquer informação que não constar no presente edital deverá ser enviada para o e-mail da Comissão de Mestrado, divulgado neste edital e no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

ENDEREÇO PARA INFORMAÇÕES:

Site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

E-mail: secretaria@proped.pro.br

E-mail: comissao_mestrado@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2025.

Rita de Cássia Prazeres Frangella

Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

ANEXO I

INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

1. Em cumprimento às Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em cada área de concentração, distribuídas pelos seguintes grupos:
 - 1.a. 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígena;
 - 1.b. 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
 - 1.c. 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
 - 1.d. Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições aplicam-se no que for cabível.
2. *A condição socioeconômica é fator principal* do sistema de cotas. Em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, entende-se por:
 - a) Carente: aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Para efeito do cálculo da renda per capita, será utilizada a renda bruta de todos os membros que moram no domicílio informado em questionário socioeconômico, dividido pelo número de pessoas.

A análise socioeconômica abrange:

- Conferência do **Formulário de Informações Socioeconômicas – FIS** com a documentação que o acompanha conforme explicitado no manual de orientações para os candidatos a reserva de vagas;
- Verificação se a renda per capita se ajusta ao patamar de carência definido em lei;
- Se necessário, entrevista individual com candidato respeitando o sigilo profissional.

3. As opções de cotas:

- a) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- d) pessoa com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal nº 7.853/1989 e Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004;
- e) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço: aqueles que apresentarem a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário

Oficial com as referidas decisões administrativas.

Caso deseje concorrer pelo sistema de cotas o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) Optar por um único grupo de cotas no requerimento de inscrição;
- b) Preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis no **Manual de Orientação Para Candidatos à Reserva de Vagas** os formulários encontrados no sítio do DEPG:

<http://www.pr2.uerj.br/depg/index.php/coordenacoes/stricto-sensu-coordenacao-de-acompanhamento-e-selecao-cas>

- b.1) O Formulário de Informações Socioeconômicas - FIS: encaminhar com a respectiva documentação comprobatória em formato PDF, para:

http://www.pr2.uerj.br/depg/download/Formulario_Analise_Socioeconomica_-_FIS.docx

- b.2) O Formulário de opção de cotas - FOC:

encaminhar com a respectiva documentação comprobatória em formato PDF, para:

http://www.pr2.uerj.br/depg/download/Formulario_de_Opcao_de_Cotas_-_FOC.docx

A conferência e avaliação da documentação serão realizadas pelas comissões de Análise de Cotas UERJ. Eventuais pendências de documentos comprobatórios junto à Comissão de Análise de Cotas serão informadas ao candidato pela Secretaria do ProPEd através do email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Ambos os Formulários deverão ser preenchidos e encaminhados, no período de inscrições estabelecido no calendário deste edital, pelo email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Caso as vagas destinadas aos cotistas não sejam preenchidas, serão utilizadas para a seleção em livre concorrência. Igualmente, as vagas dos candidatos indeferidos no processo de avaliação de cotas serão repassadas automaticamente para a ampla concorrência. Não caberá recurso, caso o candidato não tenha encaminhado documentação comprobatória alguma e os Formulários de Informações Socioeconômicas (FIS) e de Opção de Cotas (FOC). Somente serão avaliados pelas Comissões de Opção de Cotas, os candidatos que forem deferidos na avaliação socioeconômica. Em nenhuma hipótese, será admitida interposição de recurso e entrega de documentação fora do prazo estabelecido no calendário. Os recursos encaminhados serão analisados, o indeferimento poderá ser mantido ou alterado, não havendo possibilidade de novo recurso.

ANEXO II
QUADRO DE VAGAS POR ORIENTADORES
LINHA “COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS”

Professores	Vagas
Alexandra Garcia	1
Allan de Carvalho Rodrigues	1
Ana Karina Brenner	1
Denize de Aguiar Xavier Sepulveda	1
Gustavo Coelho	1
Leonardo Nolasco-Silva	1
Luciana Velloso	1
Luís Thiago Freire Dantas	2
Mailsa Passos	1
Maria da Conceição Silva Soares	1
Rosemary dos Santos	2
Tania Lucía Maddalena	1
TOTAL	14

LINHA “CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA”

Professores	Vagas
Diogo Bogéa	2
Raquel Goulart Barreto	1
Rita de Cássia Prazeres Frangella	1
Rosanne Evangelista Dias	1
Talita Vidal Pereira	1
Elizabeth Fernandes de Macedo	1
TOTAL	7

LINHA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS”

Professores	Vagas
Annie Gomes Redig	1
Carolina Rizzotto Schirmer	2
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	2
CristinaAngélica Aquino de Carvalho Mascaro	2
Flávia Faissal de Souza	1
Luiz Antonio Gomes Senna	2
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado	2
Suzanli Estef	2
TOTAL	14

LINHA “INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO”

Professores	Vagas
Conceição Firmina Seixas Silva	1
Ligia Maria M. L. Leão de Aquino	1
Lisandra Ogg Gomes	1
Luís Paulo Cruz Borges	2
Rita Ribes Pereira	1
Walter Omar Kohan	1
TOTAL	7

LINHA “INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRIA”

Professores	Vagas
Ana Crystina Venâncio Mignot	1
Denise Medina França	1
Evelyn de Almeida Orlando	1
Paula Leonardi	2
Sônia Câmara	1

TOTAL	6
--------------	----------

LINHA “GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES”

Professores	Vagas
Janaína Moreira Pacheco de Souza	2
Maria Celi Chaves Vasconcelos	1
Stela Guedes Caputo	2
Virginia Louzada	1
TOTAL	6
TOTAL GERAL DE VAGAS	54

ANEXO III

LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA DOS PROFESSORES ORIENTADORES

LINHA “COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS”

COORDENAÇÃO: Alexandra Garcia

COTIDIANOS EM NARRATIVAS: A PRODUÇÃO DOS CURRÍCULOS E DOS SABERES DOCENTES NOS DIÁLOGOS ESCOLAS-UNIVERSIDADE

O Projeto de pesquisa é desenvolvido na área de currículo, cotidiano e formação de professores. Entende o cotidiano e as experiências vividas como centrais para o estudo dos processos e contextos com os quais nos tornamos professores. Visa prosseguir com os objetivos de investigar processos formativos e experiências em formação docente que articulem escolas e universidade e apontem caminhos para desconstruir representações demeritórias sobre escola e docência. A partir da articulação entre a pesquisa, o projeto de extensão e resultados de pesquisa anteriores, busca-se avançar no levantamento e estudo de experiências com processos formativos em propostas que operem princípios de horizontalidade, dialogicidade e de produção mais coletiva e solidária dos saberes docentes. Considera-se, especialmente, as interfaces entre os currículos nos cotidianos e os processos formativos. Nesse sentido, investe em produzir conhecimentos que contribuam para a formação de professores para a justiça social, produzindo caminhos teórico-metodológicos com os currículos diante das imprevisibilidades, heterogeneidades e complexidade dos cotidianos. Recorre a estudos no campo dos currículos, cotidianos, formação de professores e novas epistemologias, bem como à noções do pensamento spinoziano. A metodologia apoiada em Pesquisa com os cotidianos e nas pesquisas com narrativas inclui rodas de conversa e produção de narrativas docentes que mobilizam redes de produção de saberes entre os professores. Inclui, ainda, estudantes de licenciaturas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procuramos apontar que a produção de fazeres e saberes docentes pode ser estudada e potencializada por ações baseadas na promoção de espaços sistemáticos de diálogos e de formação compartilhada, tanto por se constituírem como espaços coletivos de negociações políticas e epistemológicas dos currículos, quanto por operarem lógicas de produção dos fazeres e saberes docentes mais solidárias e horizontalizadas. Entendemos que o estudo das narrativas produzidas nas conversas com estudantes e professores contribui para a desinvisibilização das invenções das práticas e sentidos de docência e para a sistematização desses saberes na produção cotidiana dos currículos.

COORDENAÇÃO: Allan de Carvalho Rodrigues

Políticaspráticas afrocurriculares: Da Lei 10.639/2003 até Política Nacional de

Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola: os sentidos dos currículos afrocentrados

O projeto de pesquisa objetiva analisar o processo de produção de conhecimento nas criações curriculares que serão produzidas na escola de Educação Básica a partir da nova Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) de 2024. Para tanto, se parte de dois movimentos: o mapeamento das práticas curriculares a partir da Lei Federal no 10.639/2003 e a relação da PNEERQ com o campo do currículo. Toma-se o campo do currículo para contar, narrar e conversar a respeito de novas histórias, o que se faz a partir das contribuições de Chimamanda Ngozi Adichie (2019), ao passo que a ideia de multiplicar as histórias investindo na ideia de outras histórias frente às culturas dos cotidianos e aos currículos se desenha a partir da confluência-contracoloinal como cartografia da pesquisa. Parte-se, então, do reconhecimento de que o currículo, como “ato político”, é produzido nos diálogos universidades-escolas que se contrapõem às políticas curriculares homogeneizadoras. Metodologicamente, parte da junção Educação e Relações Étnico-Raciais, se utilizando de narrativas, materiais didáticos, levantamento bibliográfico e grupos de discussão como forma de apreensão da realidade social. As constelações teóricas e metodológicas são formadas por Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento e bell hooks para (re)pensar e os estudos teóricos e epistemológicos afrocentrados. Espera-se que ao longo da pesquisa se possa produzir conhecimentos acadêmicos no campo das *políticaspráticas* educacionais e contribuindo com o desenvolvimento de novas pesquisas de mestrando e doutorando e novas perspectivas de compreensão das questões do Antirracismo social, da Educação e da Cidadania.

COORDENAÇÃO: Ana Karina Brenner

ARQUIVOS E IMAGENS EM MOVIMENTO: REVISITANDO 'JOVENS FORA DE SÉRIE' E AS REPRESENTAÇÕES FÍLMICAS DA MIGRAÇÃO E DO REFÚGIO

O grupo de pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UERJ tem se dedicado a compreender as relações entre jovens em espaços-tempos educativos (processos culturais e de escolarização, redes sociais e contextos

comunitários). As narrativas (auto)biográficas associadas ao uso de dispositivos de imagens como suporte às entrevistas, têm sido a abordagem principal para buscar compreender processos de individuação de jovens em contextos de escolarização – no ensino médio regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos -, de ação coletiva e engajamento político de jovens bem como em contextos de migração ou refúgio. Atualmente as ações de pesquisa do grupo se dividem em duas iniciativas complementares. Uma delas trata de revisitar os arquivos de imagens e sons da pesquisa “Jovens Fora de Série” para novas análises, especialmente considerando as mudanças sociais e educacionais recentes. A pesquisa se realizou em momento que hoje pode ser compreendido como limiar de transformações profundas da sociedade brasileira, ainda não perceptíveis no momento de realização da pesquisa. A percepção atual permite lançar novos olhares e novas possibilidades de compreensão daquele material em diálogo com a situação e condição atual da juventude brasileira e dos processos de escolarização na EJA. A outra iniciativa busca conhecer “imagens migrantes” na produção filmica recente disponível em plataformas de streaming largamente acessadas no Brasil.

COORDENAÇÃO: Denize de Aguiar Xavier Sepulveda

A LAICIDADE DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO: A VALORIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Essa pesquisa tem como objetivo mapear o que se produz sobre o tema da laicidade e sua relação com as questões dos gêneros e sexualidades nas escolas públicas brasileiras. Para isso, optamos em trabalhar na base de dados do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, local onde se disponibiliza textos, artigos, dossiês temáticos, dissertações e teses sobre a temática da laicidade e alguns poucos relacionados com as questões de gêneros e sexualidades. Portanto, nesta pesquisa interagimos com a produção desse observatório, no qual estabelecemos uma parceria interinstitucional. Assim, iniciamos esse trabalho em 2021/2022 analisando a aba da página intitulada “Biblioteca”, nos links: “Textos disponíveis na internet”, “Dossiês Temáticos Sobre Laicidade” e “Bancos de Teses”. Em seguida, 2023/2024, mapeamos dissertações e teses sobre a laicidade na escola pública e sua relação com as questões de gêneros e sexualidades no banco de teses da CAPES e ficamos responsáveis por alimentar a nova aba da página do OLÉ. No atual momento, estamos dando continuidade a essa investigação, com foco em novos artigos em dossiês nas principais revistas de educação do Brasil, principalmente nas que possuem os Qualis A1, A2, A3 e A4, para alimentar com novas produções o link que foi criado sobre laicidade, gêneros e sexualidades no banco de dados do OLÉ. Todas essas ações são fundamentais para a ampliação desta pesquisa e para a construção de uma escola laica e democrática que respeite as diferenças de gêneros e sexualidades.

COORDENAÇÃO: Gustavo Coelho

OS "SEM SENTIMENTOS": SUJEITOS EM MARGINALIZAÇÃO E A LINGUAGEM

Identificando como um dos efeitos da marginalização na subjetividade, o roubo da palavra íntima, a asfixia da fala singular que fuja do estreito repertório de discursos que já os precedem e já os condenam, há cerca de dois anos desenvolvemos oficinas em contextos variados com pessoas que, ou tenham passado pelo sistema penal, pelo socioeducativo, ou estejam efetivamente neles. Por percebermos que, de algum modo, se instaura uma grave dificuldade em se falar de sentimentos, ou seja, em se falar daquilo que nos compõe mas que não tem bem um contorno nítido, que é uma espécie de alteridade em nós, portanto marca da ética na relação com o outro, fizemos dessa percepção o motivo para uma série de atividades com inspiração psicanalítica com jovens internos no sistema socioeducativo e com jovens e adultos em semiliberdade ou já livres mas que carregam a marca da passagem pelo sistema penal. Este projeto, então, parte de uma expressão, comum de ser anunciada como uma característica “positiva” do criminalizado – o “sem sentimento”. Com uma orientação psicanalítica e retirando consequências do conceito de necropolítica em Mbembe (2014), pretendemos promover o encontro desses sujeitos com suas palavras singulares para o deslocamento de uma posição alienada aos discursos vigentes, no sentido de investigar como as subjetividades marcadas pela identificação como “matável” se divorciam falsamente de seus sentimentos, se fixando numa suposta frieza monstruosa que, em vida, facilita o convívio com sua morte enquanto que iminente. Trata-se, portanto, de um projeto de pesquisa tanto intervencionista quanto teórico.

COORDENAÇÃO: Leonardo Nolasco-Silva

A INVENÇÃO DE SI NOS COTIDIANOS DA CIBERCULTURA: ARTES DE FAZER-SE COM AS TECNOLOGIAS

A pesquisa pretende acompanhar os modos como as pessoas comuns, usuárias das variadas redes sociais on-line, produzem versões de si destinadas à apreciação pública, valendo-se das inúmeras possibilidades oferecidas pelas tecnologias. Tais exercícios de enunciação – aqui compreendidos como práticas de autoficção – compõem a subjetividade de quem está narrando a si mesmo ao mesmo tempo em que afetam àqueles que consomem tais narrativas, atuando em seus territórios existenciais (Deleuze; Guattari, 2012). A ideia de autoficção (Dobrovsky, 2014) com a qual operamos nessa pesquisa tem a ver com a escrita de si consciente da impossibilidade de representar o real e que, portanto, lança mão dos recursos da ficção

para narrar o vivido, sempre alinhando passagens da vida privada com o contexto mais amplo de uma história coletiva. A autoficção entende que toda biografia é inventada e que a invenção é uma derivação das contingências da memória, constantemente atualizada no presente e pronta para nos “salvar” de algum constrangimento ou coisa que não desejamos confessar. A invenção, contudo, não configura um problema para os nossos estudos, pois não perseguimos uma verdade, mas sim os efeitos que as narrativas podem causar em quem as acessa. Nossa experiência no ciberespaço – uma experiência de ver e de dar-se a ver – faz parte das inúmeras redes educativas de *‘prácticasteorias’* que formamos e que nos formam (Alves, 2019) e que tenho chamado, no caso específico da Internet, de redes de *‘prácticasteorias’* cibercorporais (Nolasco-Silva, 2024). Trata-se do entendimento de que há uma relação simbiótica entre o humano e o maquínico, de modo que passamos a ressignificar a existência com nossas próteses-dispositivos, assumindo novos hábitos e disposições – entre eles a narração de si através da linguagem hipermídia com vistas ao compartilhamento. Essas hipercomposições de si (Nolasco-Silva; Maddelena, 2022), muito potencializadas no presente com o crescimento vertiginoso das inteligências artificiais, podem ser reveladoras de gestos de desterritorialização (Deleuze; Guattari, 2012), desrostificação (Deleuze; Guattari, 2004), de criação de redes de antidisciplina (Certeau, 2014) e outros movimentos que proponham pensar a vida como obra de arte (Foucault, 1994) ou, pelo menos, investir sobre ela determinadas tecnologias de si (Foucault, 2004), com a finalidade de produzir outras possibilidades de existência. A pesquisa estará interessada em cartografar essas ocorrências, respeitando o anonimato dos usuários, focando naquilo que é narrado e que já está compartilhado nas redes, de forma pública, sem se apegar a dados biográficos, priorizando narrativas/escritas de si que promovam debates nos campos de gênero, sexualidade, relações raciais, trabalho, tecnologias e/ ou outros marcadores sociais e temas correlatos que assumam relevância no decorrer da execução do projeto, considerando a imprevisibilidade e a rapidez com que a agenda da cibercultura se organiza e se reconfigura todos os dias.

Referências:

- ALVES, N. Práticas pedagógicas em imagens e narrativas: memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje. São Paulo: Cortez, 2019.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 3. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2ª reimpressão, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DOUBROVSKY, Serge. O último eu. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Ensaio sobre a autoficção. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, pp. 111-125.
- FOUCAULT, Michel. “A propos de la généalogie de l’éthique: un aperçu du travail en cours” (entrevista com H. Dreyfus e P. Rabinow, segunda versão) in: Dits et écrits (1980-1988), IV, Paris: Gallimard, 1994, 609-631.
- FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. Verve, São Paulo, n. 6, 2004, pp. 321-360.
- NOLASCO-SILVA, Leonardo. As Redes Educativas de *‘Prácticasteorias’* Cibercorporais. EAD em foco, v. 14, p. 1-17, 2024.
- NOLASCO-SILVA, Leonardo; MADDALENA, Tania Lucía. Pandemia ilustrada: criações curriculares a partir da contação de histórias digitais. Revista Espaço do Currículo, v. 15, p. 1-16, 2022.

COORDENAÇÃO: Luciana Velloso

SOCIABILIDADES E MÚLTIPLAS LINGUAGENS NO „SENTIRPENSARFAZER“ A EDUCAÇÃO NA CIBERCULTURA

A partir do entendimento da educação como obra de arte em suas diferentes formas de expressão, por meio de múltiplas linguagens, pensada como uma realização estética e de valorização da potência artística essa pesquisa objetiva possibilitar aos estudantes do curso de Pedagogia e pesquisadores do campo educacional um trabalho pautado no diálogo com diversas linguagens artísticas: sonora, imagética, poética, humorística, teatral, entre tantas outras que fazem parte do conhecimento cotidiano. Com essa intencionalidade, empreendo a bricolagem da ciberpesquisa-formação (Santos, E., 2014; 2019), aos princípios da multirreferencialidade (Ardoino, 1998; Macedo, Galeffi e Pimentel, 2009) e à pesquisa com os cotidianos (Alves, 2008; Andrade N., Caldas e Alves, 2019; Certeau, 2011). Apostamos na inventividade de modo a cocriarmos com os dispositivos digitais em rede em nossas relações sociais em contexto cada vez mais cibercultural (Santos, 2019; Lemos, 2002; Lévy, 1999) em que vivemos, dialogando com as demandas acadêmicas mais formais. Nas conversas que serão estabelecidas com „docentesdiscentes“ do curso de Pedagogia – em serviço e em formação – serão acionados atos de currículo (Macedo, 2013) disparadores de narrativas que permitem melhor compreender a linguagem artística como possibilidade de criação curricular e as artistagens (Corazza, 2006; Carvalho, Silva e Delboni, 2022) que perpassam o campo da educação. Desse modo, a integração de múltiplas linguagens artísticas conjugadas aos textos escritos, permite que os „praticantespensantes“ criem „conhecimentossignificações“ em diálogo com o „dentrofora“ dos muros da Universidade, sem hierarquizações entre cotidianos e ciências, mas como potências criadoras e criativas.

COORDENAÇÃO: Luís Thiago Freire Dantas

ENTRE NATUREZAS E CULTURA: A DESSEMELHANÇA NOS ESPAÇOS FORMATIVOS

Essa pesquisa tem como principal problematização a —dessemelhança como elemento impensado no discurso filosófico e educacional. Com isso, nós propomos uma percepção acerca de como a relação natureza e cultura expressa múltiplos espaços para a formação humana. Isso condiciona para uma produção de conhecimento a partir de epistemologias (africanas e ameríndias) que projetam outros entendimentos sobre a noção de humanidade. O ponto inicial trata-se de uma pergunta formulada por Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*: —como pensar a diferença e a vida, o semelhante e o dessemelhante, o excedente e o em comum? em que destacamos o termo —dessemelhança e a partir disso articulamos com as expressões culturais dos povos subalternizados. Fundamentada nessa pergunta, essa pesquisa aprofunda-se em três caminhos: 1) a transdisciplinaridade deve ser entendida como meio de diálogo entre epistemologias; 2) o encontro de várias cosmologias confronta-se com a produção de assimetrias; e 3) a linguagem dessas cosmologias relaciona-se exteriormente pelo equívoco. A investigação traça o caminho com diferentes geografias do pensamento: a teoria decolonial com Santiago Castro-Gomez (2007), Nelson Maldonado Torres, Walter D. Mignolo (2003), Maria Lugones e Catherine Walsh (2007); o movimento da contra-colonização de Antônio Bispo dos Santos (2015); a filosofia africana de Eduardo David de Oliveira (2020), Mogobe Ramose (2011), Severino Ngoenha (2011) e Marcien Towa (2011); a antropologia ontológica de Eduardo Viveiros de Castro (2015); e a teoria da educação de Jorge Larrosa Bodía (2002), Paulo Freire (2019), bell hooks (2013), Muniz Sodré (2015) e Vanda Machado (2013). Com esse repertório de referências, a pesquisa investiga o movimento de vivenciarmos a música com o Rap, o Samba, o Jongo, a dança com o breaker, o passinho, o toré e nas artes plásticas de Rosana Paulino, Samuel de Saboia, Jaider Esbel como conflitos da natureza de corpos que usualmente é lido negativamente como um —errol. Porém, esperamos evidenciar que nessas vivências culturais há pontos de vistas sobre os corpos, em que se criam múltiplas humanidades nesses espaços de formação.

COORDENADORA: Mailsa Passos

INTERCULTURALIDADE E ECOLOGIA DE SABERES: ENCONTROS ENTRE SUJEITOS AFRODIASPÓRICOS E A UNIVERSIDADE

Os objetivos da pesquisa aqui proposta é compreender como sujeitos afrodiaspóricos periféricos significam a universidade e os saberes que nela circulam, bem como perceber como fazem circular, na universidade, os seus saberes e repertórios. Tais objetivos coadunam com questões surgidas a partir dos projetos anteriores¹ do Grupo de Pesquisa, e de seus resultados; são oriundos do diálogo com as populações da diáspora negra, seus repertórios culturais, suas concepções de conhecimento e de arte.

COORDENADORA: Maria da Conceição Silva Soares

ONDA COREANA E EDUCAÇÃO: K-DRAMAS, APROPRIAÇÕES POR DOCENTES/DISCENTES E ATRAVESSAMENTOS NOS CURRÍCULOS CRIADOS NOS/COM OS COTIDIANOS DENTROFORA DAS ESCOLAS E DE CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS

A Hallyu, como é conhecida a onda coreana, está consolidada em todo o mundo e suas origens e expansão têm a ver, entre outros fatores, com investimentos do governo e de empresas privadas da Coreia do Sul em cultura pop. Relaciona-se também com os usos crescentes dos meios de produção e circulação de conteúdos audiovisuais na/com a Cibercultura, seja por produtores ou por usuários comuns. O termo Hallyu, criado na década de 1990, busca abarcar a popularização das produções culturais sul coreanas e seus efeitos em vários países que compõem o mercado global de consumo da indústria cultural, inclusive o Brasil. Trata-se, portanto, da conveniência da cultura como recurso, conforme propôs George Yúdice, para finalidades diversas e, principalmente, como diferenciação e moeda de troca no mercado global. Tal fenômeno não pode ser pensado sem que sejam consideradas as características contemporâneas do capitalismo, as quais, além da movimentação de capital financeiro, se concentram na circulação de bens, serviços e informação. Entre os produtos sul coreanos lançados no mercado internacional destacam-se filmes, novelas/séries (k-dramas), músicas (entre elas as trilhas sonoras originais dos dramas – denominadas como OST, Original Sound Track), livros, jogos, turismo, cosméticos, moda e alimentos, assim como aqueles cuja percepção é mais sutil, tais como padrões de beleza, comportamentos, significações e valores. Nas pesquisas que nos propomos a desenvolver com os cotidianos das redes educativas e culturais dentrofora das escolas e de contextos de formação de professoras nos ocuparemos da recepção de filmes e de k-dramas, focando nas suas pedagogias culturais, nos mecanismos empregados para a popularização e nos modos pelos quais eles são apreendidos por discentes e docentes da educação básica e de cursos de Pedagogia. Buscamos compreender o que eles fabricam com os usos que fazem do que lhes é oferecido e imposto, produzindo com suas práticas outras coisas, informadas por outros interesses e outros desejos, conforme nos indica Michel de Certeau. O Brasil é um dos maiores mercados consumidores dessas produções segundo informações dos serviços de streaming que as exibem e, às vezes, coproduzem, tais como a Netflix, a Rakuten Viki e a Kokowa. Com o crescimento do consumo, outras plataformas passaram a investir no mercado brasileiro, entre elas a Disney, a Star+, a Amazon Prime, a HBO Max e a Bandplay. Para além disso, tais produções povoam as redes sociais na Internet através de aplicativos como o Instagram, o Facebook, o Tik Tok, o Telegram e

diversos fansubs (grupos de fãs que, em concorrência com as ofertas comerciais, distribuem legendas e/ou obras). Trata-se, portanto, de operações de usuários que as citam, divulgam, comentam, compartilham e exibem. Dessa forma, dramas sul coreanos entram nas escolas sem pedir licença, produzindo atravessamentos nos currículos tecidos em redes (Nilda Alves). Nos interessa pensar com estudantes e professores que consomem tais produções os usos que fazem delas e a resignificação que operam criando sempre diferença em relação aos endereçamentos, aos comportamentos, aos hábitos, à tradição, aos valores, aos descentramentos culturais, aos padrões de beleza, de masculinidade e de feminilidade, às concepções sobre educação e sobre tecnologia, como também em relação à outras questões. sociopolíticas agenciadas, tais como o preconceito contra asiáticos, a desinformação sobre a história e a geografia do extremo oriente, o gênero e a sexualidade, o capacitismo, o suicídio entre jovens e a competitividade nas escolas. A pesquisa pretende ainda pensar os processos de subjetivação que se engendram com essa prática de uso e resignificação e os processos curriculares criados, partindo da premissa que os currículos são tecidos no entrecruzamento de diferentes redes de significações que emergem em/com os múltiplos contextos vividos, entre eles os usos das mídias (Nilda Alves). Trabalharemos com o aporte teórico das Pesquisas com os Cotidianos, dos Estudos Culturais, dos estudos das Audiovisualidades (imagens e sons), dos estudos da Ciberultura, dos estudos sobre Gênero e das teorias de Currículo. Como procedimentos metodológicos, realizaremos observações participantes em cotidianos escolares e de cursos de formação, análises de filmes e de k-dramas, conversas e análise/produção de comentários e debates nas redes sociais por meio de diversos aplicativos, bem como o que mais surgir como possibilidade no decorrer do processo, produzindo, dessa forma, os dados que irão compor o corpus da pesquisa.

COORDENADORA: Rosemary dos Santos

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CIBERCULTURA E SUA ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SÓCIOTÉCNICOS, ÉTICOS, ESTÉTICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS MEDIADOS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS EM REDE

Este projeto pretende investigar como os movimentos sociotécnicos, éticos, estéticos, políticos e culturais em suas múltiplas linguagens podem inspirar práticas docentes em redes educativas contribuindo para a formação de professores na atual fase da ciberultura. Pretende contribuir para a criação de políticas públicas de Educação e micropolíticas cotidianas de invenções curriculares, criando metodologias de pesquisa e projetos de ensino e aprendizagem que aproximem os currículos escolares e universitários das práticas comunicacionais da Ciberultura. Optamos pela bricolagem da ciberpesquisa formação multirreferencial e das Pesquisas com os Cotidianos por contemplarem como campo de pesquisa os espaços de atuação do professor-pesquisador. Como dispositivos de pesquisa, lançamos mão de oficinas, interações nas redes sociais, criação de softwares, usos de AVAS. Dispositivos que revelam a formação do formador na ciberultura forjando outros espaçotempos de pesquisa acadêmica e de produção de múltiplas linguagens, articulando as interfaces escola-cidade–universidade-ciberespaço, estabelecendo outros sentidos para a prática pedagógica e para a pesquisa acadêmica nas diversas redes educativas.

A pesquisa prevê como resultados:

- a) privilegiar a docência e as novas redes educativas;
- b) pensar a formação de professores na ciberultura, do ponto de vista das pesquisas dos cotidianos das práticas pedagógicas e da própria pesquisa acadêmica;
- c) contribuir com a formação dos professores da Educação Básica e com a produção científica no campo da Educação nas áreas de periferias urbanas;
- d) hipermedializar, hipertextualizar, remixar e compartilhar o conhecimento científico como um novo modo do fazer científico na contemporaneidade e
- e) sistematizar a criação de ambiências formativas articulando o espaço da universidade através das tecnologias digitais em rede criando redes de docência e aprendizagem;

COORDENAÇÃO: Tania Lucía Maddalena

CONSTELAÇÕES NARRATIVAS: PENSANDO A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

O projeto tem como objetivo geral pensar os usos da contação de histórias digitais nas práticas formativas, compreendendo suas características no contexto da ciberultura. A ideia de pensar a arte de contar histórias nas docências e nas pesquisas em Educação remete à força das palavras, à centralidade das narrativas na composição da humanidade e à tessitura que essas ficções – que inventam o mundo ao narrá-lo – praticam em nossos processos formativos. Sabemos, pelo acúmulo de pesquisas realizadas (LAMBERT, 2002; BRUNER, 2014; SCOLARI, 2014; MADDALENA, 2018), que a narração de histórias potencializa a expansão de repertórios existenciais, sobretudo na ciberultura, com as lógicas do digital em rede. A linguagem da hipermídia possibilita

novos modos de contar e compartilhar histórias. Nós, humanos hiper-híbridos (SANTAELLA, 2021), passamos a narrar digitalmente com imagens, fotografias, áudios, sons, vídeos, textos e hipertextos, com as conexões expandidas da internet. Situado nas bases teórico-metodológicas das pesquisas nos/dos/com os cotidianos (CERTEAU, 2012; ALVES, 2015) e na pesquisa-formação na cibercultura (SANTOS, 2014), este projeto compreende as tecnologias digitais como artefatos culturais do nosso tempo; portanto, o que nos interessa aqui são as práticas narrativas e os usos que os praticantes da cibercultura promovem quando criam e compartilham histórias na hipermídia; são os novos modos de produzir conhecimento na complexidade do digital em rede, hipernarrando a si mesmos, o outro e o mundo. Em que medida esses fenômenos narrativos podem inspirar práticas didático-pedagógicas comprometidas com a pluralidade de modos de ser e de estar no mundo? Como essas práticas podem produzir outras artes de comunicar as pesquisas no campo da Educação? Defendendo a prática docente como espaço-tempo propício para a realização da pesquisa, a proposta pretende criar experiências pedagógicas que agenciem as inspirações narrativas da cibercultura e utilizem as tecnologias digitais virgêm rede na formação de professores, promovendo a contação de histórias digitais (hiperescritas de si, ficções sonoras, vídeos de pesquisa, narrativas imagéticas, narrativas transmídia, literatura expandida, narrativas imersivas, narrativas com inteligência artificial etc.). Como resultado da pesquisa, espera-se desenvolver um aprofundamento teórico que permita compreender, a partir da metáfora das Constelações Narrativas, a paisagem da narrativa digital na cultura contemporânea e suas potencialidades para a Educação. A contação de histórias digitais poderá incrementar os movimentos de narrar a vida e literaturizar a ciência, expandindo linguagens para comunicar problemáticas e desafios da Educação na Contemporaneidade.

LINHA “CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA”

COORDENAÇÃO: Diogo Bogéa

POR UMA FORMAÇÃO (DES)ORIENTADA PELA SINGULARIDADE: A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO MODERNO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nosso projeto de pesquisa visa problematizar alguns dos sentidos mais comumente atribuídos aos processos educacionais e, consequentemente, à formação de professores, tais como: aquisição e transmissão de conteúdos de conhecimento; aquisição e transmissão de habilidades e competências; desenvolvimento e transmissão de uma “consciência crítica” ou de valores morais capazes de formar “sujeitos” segundo algum projeto pré-estabelecido. Todos esses sentidos nos parecem ancorados na noção moderna de sujeito como centro de comando imaterial, único, idêntico e essencialmente racional e consciente. Com a crise ou desconstrução desse ideal moderno de sujeito, torna-se urgente repensar esses sentidos. A partir de referenciais pós-estruturalistas – Deleuze e Derrida –, psicanalíticos – Freud, Lacan, MD Magno – e alguns de seus antecessores – Spinoza, Schopenhauer, Nietzsche –, procuramos acompanhar a desconstrução contemporânea desse ideal de sujeito e, consequentemente, evidenciar os furos, rachaduras ou mesmo o caráter francamente ilusório desses sentidos mais comumente atribuídos aos processos educacionais e à formação de professores. Mobilizamos esses mesmos referenciais para colocar em cena uma outra possibilidade de pensar a existência: como rede de corpos afetivos interativos, atravessados por redes de significações ou “rastros” e co-movidos pelo desejo. Para além dos ideais de unidade, identidade, racionalidade e consciência do sujeito moderno, aposta-se numa compreensão da existência humana que enfatize a multiplicidade, a alteridade (inclusive em relação a qualquer “si mesmo” supostamente constituído), a afetividade, o desejo e a singularidade. Investigando textos teóricos e documentos curriculares, nos interessa expor e problematizar os pressupostos metafísicos e as noções modernas de subjetividade que os regem, bem como compor compreensões alternativas da existência humana ressaltando seu caráter aberto, descentrado, dividido, múltiplo e conflituoso a fim de investigar também os impactos de uma tal concepção para os processos educacionais, a formação de professores e as composições curriculares.

COORDENAÇÃO: Raquel Goulart Barreto

POLÍTICAS DE SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA: DO TRABALHO DOCENTE À ESCOLA PÚBLICA?

Como o anterior (—Dimensões da substituição tecnológica nas políticas educacionais: o caso da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro), este projeto está centrado no movimento de expansão de um modo específico de incorporação educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): o que as concebe em lugar dos processos historicamente constituídos. Formular a noção de —substituição tecnológica permitiu superar as abordagens restritas ao *modus operandi* das propostas, remetendo à expropriação do trabalho docente, seja ela total, como no ensino à distância (EAD), seja parcial, pela utilização intensiva, muitas vezes imposta pela avaliação, de materiais de ensino relexicalizados como —objetos de aprendizagem. O movimento atual sugere a extrapolação do trabalho docente, adquirindo dimensão institucional. Os atuais discursos das políticas educacionais, capitaneados pelo empresariado, como em —Todos pela educação, são constituídos por um suposto filantropismo, sugerindo que a precariedade das escolas possa ser vista como obstáculo contornável pela intervenção das grandes plataformas (GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Do —ensino remoto emergencial, a tendência tem sido a de defender o—ensino híbrido, em um enredo de simplificações

que atingem diretamente a escola pública. Este movimento, expresso por aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos, é a hipótese de trabalho que sustenta o presente projeto.

COORDENAÇÃO: Rosanne Evangelista Dias

DEMANDAS E PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE CURRÍCULOS PARA A DOCÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Esta investigação aborda a produção de políticas de currículo para a docência na escola básica no espaço da América Latina e do Caribe no âmbito da Agenda Educação 2030 da ONU. Pretendemos compreender as relações que vêm se constituindo na região em torno do currículo para a formação e o trabalho docente, considerando as trajetórias, o protagonismo de sujeitos políticos, de organizações governamentais e não-governamentais constituídas em processos de articulação na luta por demandas em redes políticas. Salientamos as demandas apresentadas, significadas e disputadas na América Latina e Caribe considerando a importância dessa região para maior compreensão das condições, singularidades, tradições, projetos, perspectivas, processos de regulação para o desenvolvimento curricular para a docência da escola básica, como também a ainda escassa produção de análises no campo do currículo e da docência sobre esse importante espaço político. Orientamos a investigação pela Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e colaboradores dessa abordagem discursiva e as redes de política de Stephen Ball para problematizar essa produção curricular, analisando em especial as demandas produzidas, os processos de articulação discursivos e as lutas pela significação que vêm sendo encaminhadas nas suas múltiplas e complexas negociações. Compreendemos a relevância das investigações que pretendem avançar nas análises sobre a produção de políticas de currículo para a docência no Brasil e na região da América Latina e do Caribe pensando as interconexões e resultados dessas políticas tanto nas suas convergências como na sua diferenças e intentamos aprofundar o conhecimento teórico-estratégico sobre as políticas de currículo.

COORDENAÇÃO: Talita Vidal Pereira

O CURRÍCULO E OS EFEITOS DA INCORPORAÇÃO DE MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS EXPERIÊNCIAS MEXICANA E BRASILEIRA.

As contribuições de aportes pós-estruturais e pós-fundacionais, no grupo de pesquisa são desenvolvidas reflexões cujo foco é a relação conhecimento-curriculo-avaliação com o objetivo de desnaturalizar a ideia das decisões curriculares (políticas e práticas) são orientadas por uma racionalidade *a priori*. Pesquisa que visam investigar mecanismos pelos quais processos de significação do conhecimento escolar organizam jogos de linguagem e condicionam as formas pelas quais nos acostumamos a pensar os currículos e, conseqüentemente, os processos de escolarização, dentre eles a avaliação. Trata-se de assumir, com Jacques Derrida, uma postura desconstrutiva para tensionar a arbitrariedade e explicitar a contingencialidade de regras sustentadas em fundamentos fixos, pois elas favorecem o bloqueio de diferenças e criam constrangimentos para a formulação de projetos em que caibamos todos e todas, sem naturalizar a exclusão daqueles que escapam ao padrão desejado. No grupo são realizados estudos a partir de aportes pós-estruturais e pós-fundacionais que contemplam as Políticas de currículo e de avaliação em articulação com as discussões sobre concepções de conhecimento, culturas, diferença, produção de subjetividades implicadas no fazer pedagógico nos diferentes níveis de ensino.

COORDENAÇÃO: Rita de Cássia Prazeres Frangella

COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA: INVESTIGANDO POLÍTICAS CURRICULARES TERRITORIAIS DE ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Esse projeto tem como objeto de estudo o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e objetiva analisar como se efetivam na proposição de políticas-práticas curriculares duas das diretrizes do Compromisso (art. 4, inciso I e II) que são: o reconhecimento da autonomia dos entes federativos e do papel indutor, articulador e coordenador do Ministério da Educação na realização das políticas públicas de educação básica. Numa análise preliminar, observa-se como central na proposição do Compromisso a ideia de protagonismo docente e das redes públicas no desenvolvimento de políticas curriculares próprias de alfabetização e formação de alfabetizadores, alinhado ao conceito de território, mobilizado na indicação de políticas territoriais estaduais de alfabetização e formação. A tomada da ideia de territorialidade é acionada associada à promoção de equidade e justiça social. Observa-se que a ideia de território põe em disputa sua própria significação em meio aos jogos de poder nele encenados e discutir essa ideia, na tensão com uma perspectiva de diferença que, se subsumida numa ideia de igualdade implica em homogeneização, mobiliza os esforços analíticos propostos nessa pesquisa. Assim, busca-se discutir a questão emergente no campo que discute a ideia de justiça curricular. Tais questões de pesquisa se desenvolvem assentada numa perspectiva discursiva pós-estrutural acerca de um entendimento do currículo. Nesse registro teórico considera-se a produção de políticas curriculares uma luta por significação que se dá nos consensos parciais, nas contingencialidades e nas operações hegemônicas constitutivas dos modos de pensar-fazer

o currículo. Portanto, o presente projeto visa acompanhar a feitura da política que, em sua proposição, destaca o protagonismo docente e o incentivo à multiplicidade de propostas, tantas quanto possíveis de serem gestadas em contextos diferentes e aí entendendo que essas diferenças não serão subsumidas/submetidas a uma política unitária generalizante.

COORDENAÇÃO: Elizabeth Fernandes de Macedo

TEORIZAR O CURRÍCULO: MODOS DE VIVER JUNTO NA DIFERENÇA

O presente projeto, de natureza teórica, se propõe a pensar os efeitos sobre a teorização curricular de assumir que a subjetividade é atravessada pela alteridade, tomando-a em um registro relacional como sugere Judith Butler. Operando no marco de uma ontologia relacional na qual os sujeitos são constitutivamente precários, meu objetivo é produzir uma teorização curricular não-presença, capaz de dobrar-se sobre si mesma ao mesmo tempo em que participa da luta política por um mundo mais justo. Nesse sentido, assumo, com Butler, que o discurso teórico tem agência, o que justifica a relevância de estudos como este também pelo seu impacto sobre a prática e a política curricular. Do ponto de vista metodológico, sugiro uma leitura difrativa à la Karen Barad ou práticas do cruzo, no dizer de Rafael Haddock-Lobo. De forma tentativa, anuncio 4 termos a serem rasurados na pesquisa por sua relevância na teoria curricular contemporânea: [projeção de] identidade; experiência; conhecimento; e justiça social. É possível [e talvez provável] que eles acabem dando lugar a invenções outras ou que permaneçam como ponte [ou como provocação] com aquilo a que a teoria curricular está acostumada.

LINHA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS”

COORDENAÇÃO: Annie Gomes Redig

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TEA: A REPRESENTATIVIDADE NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA INDEPENDENTE

O processo de transição para o momento pós-escola de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista (TEA) na sociedade contemporânea ainda é um desafio para as escolas brasileiras. Pensar na vida adulta e ativa destes sujeitos é importante para garantir sua real inserção na sociedade, de forma que possam ter uma vida mais independente e autônoma possível. Esse processo deve começar ainda na escola para que as habilidades para a vida independente sejam desenvolvidas. Entretanto, sem o engajamento do sujeito com deficiência intelectual e/ou TEA no processo, essa ação não terá êxito, por isso, é fundamental o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação, para que assim, possam ser realmente gestores de suas vidas. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo analisar o processo de transição para a vida independente no itinerário formativo de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou TEA. Dentro dessa proposta, temos a elaboração do Plano Individualizado de Transição (PIT) em suas diferentes vertentes, como por exemplo, a inclusão no mercado de trabalho, nos espaços da universidade e o sujeito com deficiência intelectual e/ou TEA como protagonista da sua vida no que tange, principalmente, o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação. Para tal, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de cursos de formação continuada docente, protocolos de aplicação do PIT, além de potencializar a voz dos sujeitos com deficiência intelectual e/ou TEA.

COORDENAÇÃO: Carolina Rizzotto Schirmer

PROJETO 1: FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM EM PARCERIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Este projeto tem como objetivos gerais: planejar, organizar e implementar um programa de formação inicial e continuada de profissionais para atuarem em rede colaborativa no acompanhamento de alunos com deficiência que necessitam de Tecnologia Assistiva. Para isso, uma pesquisa interventiva será conduzida com os profissionais da rede pública de educação e saúde, graduandos de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e alunos com deficiência que são acompanhados pelos profissionais. O estudo será desenvolvido no Laboratório de Tecnologia e Comunicação Alternativa – LATECA e sala Leila Nunes, ambos na Faculdade de Educação da UERJ. Os instrumentos utilizados serão: questionário, roteiro de entrevista semi-estruturada, diário de campo, roteiro de plano de observação e estruturação para o trabalho. Os materiais utilizados serão: recursos de Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa adquiridos e desenvolvidos pelos profissionais em formação inicial e continuada, livros e jogos, câmera digital, filmadora e audiogravadores digitais, assim como computadores/notebooks, plastificadora e impressoras. Nas entrevistas, serão sempre enfatizados os aspectos subjetivos dos participantes, sua visão de mundo. A utilização de várias fontes, instrumentos e estratégias de coleta de dados permitirá a triangulação dos dados. Os procedimentos metodológicos envolvem: a) aplicação de questionário aos profissionais; b)

entrevistas com os graduandos, profissionais de educação e saúde; c) oferta de um programa tendo como abordagem a Metodologia da Problemática e desenvolvimento de atividades de ensino pelos graduandos e profissionais junto aos alunos com deficiência e d) filmagem desses atendimentos.

PROJETO 2: ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NA ESCOLA: VAMOS TODOS CONVERSAR

Este projeto tem como objetivos gerais: planejar, organizar e implementar um programa de formação inicial e continuada de professores para uso e desenvolvimento de Comunicação Alternativa; equipar a Sala de Atendimento Educacional Especializado do CAP UERJ e do NAPNE Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas do Colégio Pedro II

- CPEI com recursos de Comunicação Alternativa de baixa e alta tecnologia e tornar o ambiente da escola acessível, em relação a comunicação, para alunos com necessidades complexas de comunicação. Para isso, uma pesquisa interventiva será conduzida com os professores de sala regular, professores do NAPNE e professores do Atendimento Educacional Especializado do CAP UERJ, estagiários, profissionais que atuam como Profissional de Apoio Escolar (PAE) e estudantes com deficiência que apresentem necessidades complexas de comunicação. O estudo será desenvolvido em duas instituições: Colégio Pedro II – nos Campi Realengo I e II e Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os instrumentos utilizados serão: entrevistas semiestruturadas, protocolos de observação participante (ativa), formulário de avaliação do desempenho dos interlocutores, diário de campo, roteiro de plano de observação e estruturação para o trabalho. Os materiais utilizados serão: recursos de TA e CA adquiridos e desenvolvidos pelos professores em formação inicial e continuada, livros e jogos, câmera digital, filmadora e audiogravadores digitais, assim como computadores/notebooks, plastificadora e impressoras. Na investigação sobre o repertório comportamental dos participantes serão realizados registros formais de observações diretas, mas os aspectos subjetivos dos observadores serão igualmente registrados em notas de campo. Nas entrevistas, serão sempre enfatizados os aspectos subjetivos dos participantes, sua visão de mundo. A utilização de várias fontes, instrumentos e estratégias de coleta de dados permitirá a triangulação dos dados. Os procedimentos metodológicos envolvem: a) aplicação de questionário aos graduandos e professores no início e ao final do programa; b) entrevistas com os graduandos, professores e alunos com deficiência; c) oferta de um programa de formação teórico prático com autoscopia e desenvolvimento de atividades de ensino pelos graduandos e professores junto aos alunos com deficiência e d) filmagem desses atendimentos.

COORDENAÇÃO: Cátia Crivelenti De Figueiredo Walter

VAMOS CONTINUAR CONVERSANDO: USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF) POR CRIANÇAS COM NECESSIDADES COMPLEXAS DE COMUNICAÇÃO (NCC)

Resultados promissores vêm demonstrando a eficácia do uso de alta tecnologia como recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), sobretudo dos Dispositivos Geradores de Fala (DGF). O programa de CAA conhecido como PECS-Adaptado tem revelado sucesso na promoção da comunicação funcional de pessoas com necessidades complexas de comunicação (NCC) no Brasil. Assim, o presente projeto tem como objetivo desenvolver e avaliar os efeitos do uso de um programa de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), utilizando Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado com crianças com TEA ou que apresentam necessidades complexas de comunicação. O projeto dará continuidade ao projeto “Vamos Conversar”, iniciado em 2020 e que pretende sistematizar o programa de CAA utilizando o DGF na realização de sentenças mais complexas e ampliação de atos comunicativos entre crianças sem fala funcional e seus interlocutores. As seguintes etapas estão previstas: a) descrever o programa “Vamos Conversar” de forma sistemática, destacando suas fases de aplicação; b) organização de um manual para aplicação do programa “Vamos Conversar”; c) formação de 20 professores, de forma online, no uso do “Vamos Conversar” para ser aplicado em alunos com TEA, no contexto escolar; d) avaliar e analisar os efeitos do programa em cinco crianças com TEA, com idades variando entre 6 e 10 anos e que apresentam NCC. Os instrumentos utilizados envolvem protocolos de análise das características da linguagem, comunicação funcional, protocolos de registro diário, protocolo de suporte oferecido e autonomia para realizar as sentenças e diálogo com os interlocutores, evolução do vocabulário adquiridos, análise de comportamentos interativos. Espera-se que com os resultados obtidos e a sistematização do programa de CAA novos projetos podem emergir e serem aplicados em diferentes contextos e com participantes de diferentes idades. Também espera-se formar multiplicadores no ambiente escolar e que muitas crianças possam comunicar melhor e interagir mais com os diferentes interlocutores.

COORDENAÇÃO: Cristina Angélica Aquino De Carvalho Mascaro

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE MEDIADO POR TECNOLOGIAS PARA ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA FORMATIVA COM DOCENTES PELO VIÉS DA PESQUISA-AÇÃO.

O estudo se insere na temática da produção de conhecimento sobre processos de alfabetização e letramento de

jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. Intenciona-se investigar, por meio de uma abordagem qualitativa, no desenho da pesquisa-ação, uma prática de Atendimento Educacional – AEE mediado por tecnologias para o alfabetamento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. O objetivo geral da pesquisa é consolidar o conhecimento relacionado às práticas pedagógicas contemporâneas sobre processos de alfabetização e letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual. Tendo como objetivos específicos: Elaborar uma revisão de escopo sobre a alfabetização do estudante com deficiência intelectual (produção de artigos). Investigar metodologias ativas embasadas na mediação tecnológica. Sistematizar uma proposta de formação com docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado voltada para o ensino de habilidades de leitura, escrita e seu uso social para jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual, ou alguma necessidade educacional específica. Acompanhar o processo de elaboração conceitual relacionado a alfabetização de jovens, adultos ou idosos, a partir da proposta específica do Atendimento Educacional Especializado – AEE por meio de curso de formação com docentes. Espera-se contribuir com a produção acadêmica voltada para o processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

COORDENAÇÃO: Flávia Faissal de Souza

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EQUIDADE, INTERSECCIONALIDADE E INTERSETORIALIDADE

Este Plano de Trabalho tem como objetivo analisar, com foco na escolarização dos alunos com deficiência, como as ideias de equidade, de interseccionalidade e de intersectorialidade estão inscritas nas políticas sociais e de educação nacionais, e suas traduções, interpretações e atuações em uma escola pública no município de Duque de Caxias/RJ. Esta problemática está ancorada na ideia de que, para além das fragilidades das políticas educacionais e das relações de ensino com o aluno com deficiência, as condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência, está diretamente imbricada na relação bidirecional deficiência e pobreza. O que nos aponta para a necessidade de aprofundarmos os estudos sobre as políticas sociais intersectoriais, com destaque ao papel da escola, e a relação da deficiência com outros marcadores sociais da diferença, como classe social, raça e gênero que afetam diretamente o processo de escolarização desses alunos. Para tal, esta pesquisa tem como suporte conceitual, teórico e metodológico as contribuições das abordagens do Ciclo de Políticas e da Atuação de Políticas de S. Ball e colaboradores. Em diálogo com os estudos sobre interseccionalidade, a partir do campo da Educação Especial, de A. Artilles. A pesquisa, para além do trabalho com documentos, será realizada com uma escola da rede pública do município de Duque de Caxias/RJ, por meio de observação/atuação e entrevistas que serão registrados em diário de campo, audiografações e videografações, para posterior construção dos dados no processo das análises. Esperamos com essa pesquisa com a escola, além de estreitarmos cada vez mais a relação da universidade pública com a educação básica, a construção de conhecimentos coletivos de forma também a enfrentar os processos de exclusão de direitos que historicamente marcam a vida das pessoas com deficiência, começando pelo direito à educação.

COORDENAÇÃO: Luiz Antonio Gomes Senna

LARES URBANOS – A LINGUAGEM NOS MODOS DO PENSAMENTO E ORDENAÇÃO DO TEXTO FOTOGRÁFICO

Trata-se de projeto integrado à agenda de trabalho do atual ciclo de estudos do grupo de pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, um período de particular interesse para o seu desenvolvimento acadêmico, no qual se traz em evidência a figura dos sujeitos da educação inclusiva, não mais a partir de suas demandas, mas de suas propriedades como personagens no teatro da cultura escolar. Busca-se neste ciclo de estudos identificar traços dos sujeitos cognoscentes em demanda de inclusão escolar que nos proporcionem evidência de sua efetiva condição de assumir o papel de “alunos” sem o prejuízo presumido de défices de aprendizagem ou deficiências. Neste sentido, focaliza-se o comportamento manifesto pelo aluno – em esquemas de conduta ou formas de expressão – a fim de caracterizar o sistema de representação em que este se sustenta e, consequentemente, caracterizar o próprio aluno como um sujeito cognoscente singular. O atual ciclo de estudos engloba os seguintes campos de investigação: (a) a natureza dos aspectos psico-sociais que contribuem para o desenvolvimento da identidade do sujeito da educação básica e interferem no aprendizado e uso da língua escrita alfabética; (b) o impacto dos modos pensamento sobre os processos de leitura e produção de textos; (c) o conceito e as propriedades fundamentais da aula que se desenvolve em ambientes de aprendizagem hipertextual (objeto de investigação do Laboratório de Linguagens e Ambientes Virtuais de Aprendizagem – LaborAt). O projeto Lares Urbanos – A linguagem nos modos do pensamento e ordenação do texto fotográfico tem por objetivo analisar a interferência dos modos do pensamento e dos processos mentais de ordenação dos termos constituintes do texto expresso na fotografia de diferentes representações do conceito de “lar”, visando a observar analogias e diferenças com relação ao processo

de constituição de textos em línguas verbais e de sinais. Pesquisa baseada na elaboração de fonte primária de dados constituído por 500 fotografias produzidas em cinco diferentes regiões selecionadas segundo critério de representatividade e composição de corpus de dados indexados a partir de parâmetros categoriais passíveis de registro e hierarquização em feixes de traços classificatórios. Conclusões a se somarem aos esforços de pesquisa acerca dos fatores determinantes na produção textual de sujeitos com custo de aprendizagem no processo de alfabetização ou diferentes níveis de analfabetismo funcional.

COORDENAÇÃO: Maria Letícia Cautela de Almeida Machado

PRINCÍPIOS, PROCESSOS E POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: A DIVERSIDADE NOS MODOS DE ENSINAR E DE APRENDER

Embora os processos de alfabetização exerçam papel estruturante na formação dos sujeitos, os indicadores oficiais nacionais e internacionais sinalizam para a persistência de altos índices de analfabetismo funcional no Brasil, especialmente entre sujeitos oriundos de segmentos sociais historicamente excluídos ou em situação de periferia em relação à cultura científica dominante. Apesar dos esforços das escolas públicas para ensinar os estudantes e do empenho das universidades brasileiras para garantir uma formação de qualidade para os professores, os números vêm indicando que continuam sendo concebidos indivíduos que passam pelas instituições de ensino sem constituírem os conhecimentos escolarizados de base, dentre eles o mais fundamental de todos: a elaboração da leitura e da escrita. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo discutir políticas, princípios e estratégias pedagógicas de alfabetização que, ao considerarem os diferentes sujeitos que constituem as escolas públicas brasileiras, efetivamente contribuam para a formação de leitores e escritores. Assim, busca-se salientar os processos de ensino e de aprendizagem da língua escrita sob vértices que os definem, conceitualmente, pedagogicamente e politicamente, de forma a contemplar a diversidade humana, com vista à inclusão social. Para tanto, propõe-se como opção metodológica o desenvolvimento de uma pesquisa de natureza aplicada, cuja essência reside na investigação de questões concretas, com o intuito de desenvolver soluções que possam ser diretamente implementadas em contextos reais. Farão parte das ações metodológicas: revisão sistemática de literatura (RSL), um estudo exploratório documental, entrevistas com professores alfabetizadores e agentes do Atendimento Educacional Especial (AEE) e análise de produções escritas de estudantes em processos de alfabetização. Ao problematizar estratégias e didáticas de ensino interdisciplinares, procura-se garantir aos nossos estudantes espaços de discussões e de estudos que possibilitem constituírem-se enquanto professores alfabetizadores capazes de elaborar projetos de ações pedagógicas autorais, contextuais e diversificadas. Busca-se, com isso, impactar a formação inicial e continuada de professores, ancorada em princípios educacionais inclusivos, disponíveis para escolas reais e alunos reais. Todos em busca de uma educação de qualidade que possibilite aprendizagem a todos os alunos e a efetivação de seus processos individuais de alfabetização.

COORDENAÇÃO: Suzanli Estef

ACESSIBILIDADE PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nas últimas décadas, seguindo diretrizes internacionais e nacionais, a política de inclusão educacional de alunos com deficiências e outras condições atípicas de desenvolvimento tem se estabelecido em nosso país. A Educação Inclusiva tem como pressuposto básico que as instituições de ensino estejam estruturadas de forma a acolher e atender a todos os alunos, mas é preciso priorizar práticas pedagógicas que propiciem acessibilidade a uma escolarização efetiva, para aqueles que apresentam diferenças significativas no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. No contexto das ações currículo-pedagógicas, as instituições de ensino contemporânea precisam contemplar um dos maiores desafios da educação que é a avaliação dos alunos. Por conta da predominante e rígida organização seriada, com conteúdo curricular pré-estabelecido, este processo tem um caráter classificatório e eliminatório. Pois, em última instância o que, de fato, é valorizado é o produto final (nota ou conceito) e não o processo de desenvolvimento acadêmico do aluno, tampouco a diversidade presente. Ponderando sobre o atual cenário, em que as políticas de inclusão foram implementadas em estruturas organizacionais e curriculares estratificadas, esse projeto tem como objetivo pesquisar e analisar possibilidades pedagógicas que tornem o processo de avaliação acessível a todos os estudantes, com o olhar voltado para personalização de processos dos alunos. A pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, a qual pretendemos ir além da descrição de atividades voltadas para a avaliação da aprendizagem, dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Será ancorada pelos pressupostos da pesquisa-ação que considera os sujeitos envolvidos constituintes de um grupo com metas e objetivos comuns. No caso específico, a problemática é a necessidade de buscar acessibilidade na avaliação da aprendizagem, para esse alunado.

LINHA “INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO”

COORDENAÇÃO: **Conceição Firmina Seixas Silva**

Infância, participação e subjetivação política: as narrativas que as crianças constroem para significar o mundo que habitam

O projeto compõe as atividades do grupo Espaço de Estudo e Pesquisa sobre Infância (EEPI), coordenado pela prof.^a Conceição Seixas, e se dedica à análise da participação social e política de crianças em diversos contextos – escola, movimentos sociais, periferias e centros urbanos, espaços comunitários, entre outros. Seu objetivo é refletir sobre os caminhos, lutas, tensões e resistências que as crianças criam para participar da vida em comum, os sentidos que dão à sua ação no mundo e os acordos e alianças que estabelecem para fazer frente ao que consideram injusto nos territórios que habitam. No percurso de se constituírem como sujeitos (isto é, de se subjetivam), as crianças vão potencializando – em meio aos encontros com as gerações mais velhas, com seus pares e com sua cultura – descobertas, mal-estares, desacordos, perguntas, respostas, encontros, criações diversas... A aposta que se faz, neste projeto, é de que a participação: (1) longe de ser um atributo do sujeito, é de ordem coletiva e comprometida com a transformação social e um mundo justo, (2) se institui, pela criança na convivência com outros sujeitos, no processo de narrar e significar os papéis sociais que assumem, os espaços que habitam e as experiências que constroem, (3) está embebida em relações de poder e hegemonia, portanto, (4) envolve incessantemente embates, negociações e disputas. O projeto abriga pesquisas que, de forma crítica, tratam da ação da criança em territórios diversos, que acolham as experiências infantis no mundo a partir das perspectivas das próprias crianças e que tensionem a desigualdade social, a miséria global, as injustiças de diversas ordens – como a geracional, levando em consideração a estruturação adultocêntrica do mundo – e as perspectivas normativas e universalistas advindas dos países de Norte global. **Palavras-Chave:** infância; participação; subjetivação; política.

COORDENAÇÃO: **Ligia Maria M. L. Leão de Aquino**

EDUCAÇÃO INFANTIL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA

O presente projeto é um desdobramento do projeto anterior, Unidade de Educação Infantil Universitária: Políticas e Práticas para a Infância em diálogo com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão [2018-2021], visando compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em Instituições Acadêmicas quanto a sua atuação em pesquisa – ensino – extensão na produção do conhecimento sobre a infância e a educação infantil. Busca-se ainda identificar como o conhecimento produzido a partir dessas unidades se relaciona com as funções precípuas de suas Instituições. Até 2021 as pesquisas por mim desenvolvidas tinham como locus de investigação as Unidades Universitárias de Educação Infantil, entretanto, nesse novo período que se inicia, o foco se dedica às unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro, de modo a ampliar os estudos realizados até aqui sobre as Unidades Universitárias de Educação Infantil (UUEI). Busca-se considerar mais um tipo de instituição acadêmica, que se caracterizam pelas funções de ensino, pesquisa e extensão. As investigações que temos desenvolvido em nosso Grupo de Pesquisa, desde 2010, sobre as UUEI, permitiram compreender a relevância destas, que para além do atendimento às crianças de 0 a 5 anos, têm funcionado como locus de ensino, pesquisa e extensão para diversas áreas do conhecimento sobre a infância nas últimas quatro décadas. As UUEI referências para nossas investigações nessa década estão localizada no Estado de São Paulo (Estaduais) e no Rio de Janeiro (Federais), com destaque a da USP-Ribeirão Preto e as da UFF e a da UFRJ. Guardada uma série de diferenças na trajetória e características dessas unidades, elas têm em comum a sua origem associada ao interesse de criar um locus de ensino, pesquisa e extensão para áreas da Saúde, Educação e Assistência em diálogo com a infância. Outra característica comum é a de terem se organizado para atender às crianças filhas de funcionários e estudantes do ensino superior de suas instituições, isto é, tinham um caráter institucional e assistencial. Esse caráter se altera em várias instituições federais a partir de uma determinação do Conselho Nacional de Educação, a Resolução nº 1/2011 (Brasil, 2011). Entretanto, as unidades de educação infantil da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, não se submeteram a essa determinação, fato que instiga a pesquisar essa instituição e sua decisão. Além disso, a educação infantil da Fiocruz, que existe há mais de três décadas, é reconhecida nacionalmente por seu trabalho e produção voltados para a pequena infância. Ao trazer essas unidades para foco de nossas pesquisas, retomamos os percursos metodológicos adotados para investigar as UUEI's acima mencionadas, no sentido de produzir material que permita compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em uma Instituição Acadêmica como a Fiocruz, mas agregando outros instrumentos e estratégias que deem conta de suas especificidades. A pesquisa continuará a fundamentar-se, como nas pesquisas anteriores, em literatura especializada sobre infância, educação infantil e produção do conhecimento acadêmico, recorrendo a estudos de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente a História, Sociologia, Ciência Política e Educação. Para o próximo trênis visamos retornar aos estudos de Fúlvia Rosemberg (1992; 1996; 1998; 2006; 2011) e suas contribuições para pensar a infância e as políticas a elas destinadas. Temos identificado a necessidade de aprofundarmos os estudos feministas, uma vez que a infância e as condições de vida das crianças permanecem intensamente vinculadas às mulheres e seu lugar na sociedade. Outro foco trazido para construção do quadro teórico que embasa nossas análises está na temática sobre a negritude, visto que as condições de vida

da população negra no Brasil são profundamente marcadas pelo racismo, elemento estrutural em nossa sociedade, o que exige seu enfrentamento. Essas duas questões precisam ser abordadas na sua interseccionalidade, que temos como referências iniciais Angela Davis (2018), Hirata (2014), Lélia Gonzalez (em Rios e Lima, 2020), Sueli Carneiro (2011), Ana Isabel González (2010), Federicci (2019), Faria (2006), Oliveira e Abramowicz (2009), Rosenberg (1996; 1998; 2011), dentre outros. Os instrumentos metodológicos já adotados anteriormente nas investigações nas UUEI serão retomados para esse novo campo, como a ficha de identificação da unidade, planilha Excel para catalogação da produção acadêmica, caderno de campo e entrevistas a serem definidas no contato com a equipe responsável pelas unidades da Fiocruz e a autorização de acesso às unidades. A metodologia e os instrumentos utilizados podem ser redefinidos no processo de desenvolvimento da pesquisa e conforme questões relevantes e afetas aos objetivos da pesquisa emergjam do campo e, ainda, com as contribuições da revisão bibliográfica e a análise do material.

COORDENAÇÃO: Lisandra Ogg Gomes

A POLÍTICA COMO DIREITO DAS CRIANÇAS: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NA INFÂNCIA

A proposta dessa pesquisa tem como foco a política, infância e as crianças. O objetivo principal é compreender como crianças – dos 2 até 12 anos – atuam de forma política em seus contextos sociais, públicos e privados, na relação e interação estabelecida com seus pares e demais gerações. De que forma as crianças são sujeitos políticos em seus contextos sociais? Se o são, como atuam politicamente? Como são as atividades políticas das crianças? Quando as crianças agem como sujeitos políticos? É uma investigação qualitativa-quantitativa realizada por meio observações, conversas, captura e análise de dados socioeconômicos que auxiliam na compreensão: (a) da agência política de crianças, com atenção ao dinamismo de realidades em constantes transformações na busca pelo direito à liberdade de falar e agir pelo bem comum, (b) das formas de atuação e discursos das crianças em razão da normatização da geração e dependência dos adultos para a ação efetiva na sociedade.

COORDENAÇÃO: Luís Paulo Cruz Borges

ENTRE O FRACASSO, O SUCESSO E O FUTURO: O QUE DIZEM JOVENS ESTUDANTES EGRESSOS DA ESCOLA PÚBLICA

O Grupo de estudos e pesquisa (re)imaginação da escola e do futuro com as infâncias e juventudes (GEPRIF) dedica-se a investigações interdisciplinares. Temos como temáticas centrais escolas, infâncias e juventudes, sentidos de futuro/futuridade e conhecimentos em circularidades que se dão no plano da cultura e do cotidiano. Buscamos (re)pensar e problematizar uma educação pautada nas interseccionalidades, (re)imaginação e vocalização dos atores sociais com os quais dialogamos. Acreditamos e pesquisamos na diferença, com subjetividades e por meio dos afetos criando sentidos/conhecimentos que sejam emancipatórios e insurgentes nos processos educacionais contra as desigualdades socioeducacionais e opressões (raça/cor, gênero e sexualidade, credo e religiosidade, classe etc.). Dessa forma, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar/articular os sentidos de fracasso, sucesso e futuro de jovens estudantes egressos da escola pública que não concluíram o Ensino Médio. Queremos escutar os jovens sem diploma de conclusão da Educação Básica. O objeto de estudo está orientado a partir da relação dos jovens, na condição de estudantes, com o conhecimento, a escola e o futuro. Metodologicamente pauta-se na fronteira entre Educação e Ciências Sociais utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e grupos de discussão como forma de apreensão da realidade social, sobretudo, operando a partir das vozes dos atores sociais investigados. Questiona-se: como jovens egressos do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro se relacionam com a escola pública a partir das ideias de fracasso, sucesso e futuro. Argumenta-se que o conhecimento escolar, entendido como atos de significação, é uma dimensão criadora dos modos de subjetivação e diferença, capaz de permitir a emergência de transformações sociais no contexto da escola pautando-se no futuro como direito cultural e de existência (Appadurai, 2015). Descrevem-se as vozes estudantis que se misturam à interpretação do Grupo de Estudos e Pesquisa (re)imaginação da escola e do futuro, que só se faz existente a partir de mudanças profundas em sua arquitetura moderna.

COORDENAÇÃO: Rita Ribes Pereira

INFÂNCIAS, INSURGÊNCIAS E COEXISTÊNCIAS: ESCRITAS DE PESQUISA E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

O Projeto “Infâncias, insurgências e coexistências: escritas de pesquisa e popularização da ciência” dá continuidade ao Projeto anterior – “Fisiognomias da infância: experiências cotidianas, alteridades, deslocamentos” –, cujo objetivo principal foi o de indagar como as experiências da infância se mostram aos pesquisadores em seu cotidiano. A metodologia se ateve à observação de cenas cotidianas que nos afetaram em diferentes contextos, registradas e divulgadas sob forma de crônicas. Nossa intenção com o presente projeto é

dar prosseguimento a esse trabalho de campo, agora buscando aprofundamento teórico para a construção de uma análise crítica das problemáticas que essas cenas cotidianas da infância exigem. Politizar as diferentes formas das crianças habitarem e participarem da vida social – onde e quando são vistas, desejadas, incômodas, toleradas, proibidas. Par a par com as infâncias que “se mostram”, interessa-nos estar atentos, sobretudo, àquelas que permanecem invisibilizadas neste contexto histórico-político de desigualdade social. Para tanto entendemos ser necessário substanciar nossos estudos em epistemologias não coloniais sensíveis às coexistências e às insurgências infantis, bem como criar escrituras de pesquisa comprometidas com a popularização da ciência e com a ampliação dos debates sociais sobre a infância. Acompanham-nos nesta empreitada autores como Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Aníbal Quijano, Achille Mbembe, Catherine Walsh, Marielle Macè, Antônio Cândido, Conceição Evaristo e Lúcia Rabelo de Castro.

COORDENAÇÃO: Walter Omar Kohan

UMA PEDAGOGIA MENINA DA PERGUNTA: PRINCÍPIOS, SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS

O presente projeto busca pensar a infância e a dimensão filosófico---política da tarefa de educar. Nele, concentramos nossos estudos numa pedagogia menina da pergunta, inspirados na relação de Paulo Freire com a infância e a reinvenção da politicidade da tarefa de educar afirmada pelo educador pernambucano. O projeto prevê consolidar um trabalho conceitual já iniciado, bem como o fortalecimento do Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias (NEFI) através da produção de publicações (notadamente, artigos e livros), editoração de periódico científico internacional (childhood & philosophy, a formação de recursos humanos, em nível de graduação, pós-graduação e extensão, a organização de eventos internacionais e experiências de formação, virtuais e presencias.

LINHA “INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRIA”

COORDENAÇÃO: Ana Chrystina Venancio Mignot

EM NOME DA DEVOÇÃO: MARCAS DA FORMAÇÃO RELIGIOSA NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE UMA EDUCADORA CATÓLICA

O presente estudo, em continuidade aos dois projetos de pesquisa anteriores – “Travessia entre a ciência e a fé: a nova pedagogia para a educadora católica Laura Jacobina Lacombe” e “Destinos entrelaçados: uma militante do laicato católico na produção, circulação e formulação de políticas para a educação infantil” – tem como horizonte traçar a biografia da educadora Laura Jacobina Lacombe, o que exige compreender os diferentes espaços nos quais atuou. Valendo-se de escritas autobiográficas, escritas sobre educação e documentos oficiais das associações religiosas, pretende alargar a compreensão acerca de sua trajetória profissional que, na historiografia da educação, ficou restrita aos embates que travou na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, de certo modo, na imprensa católica. Seguindo pistas deixadas em documentos nas quais se pode observar uma inserção mais ampla na definição de estratégias para a recatolização da sociedade, a investigação se volta para sua atuação em associações católicas nacionais e internacionais, procurando interpretar como o engajamento feminino na ação social impulsionou educadoras na militância católica que, mesmo sendo de viés conservador reforçando as hierarquias de gênero, serviu para que as mulheres ultrapassassem as fronteiras do lar. Isto implica em cartografar as instituições das quais a educadora participou buscando semelhanças, diferenças, conexões e transformações nos temas debatidos e na composição das diretorias das mesmas, na perspectiva de uma história conectada. Tendo como hipótese que a sua participação no debate educacional resultou de tal engajamento, pretendo enveredar pela liderança que exerceu nas associações católicas a fim de interpretar marcas da formação religiosa na sua trajetória profissional, contribuindo deste modo para ampliar a compreensão sobre a participação das mulheres na educação brasileira.

COORDENAÇÃO: Denise Medina de Almeida França

PROJETO 1: ARQUIVO PESSOAL DA EDUCADORA MATEMÁTICA ESTELA KAUFMAN: HISTÓRIA DA EDUCACAO MATEMATICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1960-1990) [2024-2027]

O projeto tem como objetivo geral analisar aspectos dos processos e dinâmicas de sistematização de saberes matemáticos destinados à formação de professores que ensinam matemática nas series iniciais no período 1960-1980, no Brasil. Como questão de pesquisa, buscamos responder: quais dinâmicas e processos- aspectos constitutivos do movimento de sistematização de saberes. -Estiveram envolvidos na produção de novos saberes para o ensino de matemática nas décadas de 1960,1970,1980 e 1990? As ferramentas teórico-metodológicas envolvidas na pesquisa levam em conta os estudos sócio-históricos de autores como Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly; e estudos sobre história da educação matemática, que consideram a produção de saberes em termos de uma matemática do ensino (matemática a ensinar e matemática para ensinar), elaborados por Bertini, Morais e Valente, que mobiliza a categoria expert. Personagens que detêm numa dada época

saberes reconhecidos socialmente e guindados a ocuparem cargos no aparelho estatal, os experts elaboram e/ou coordenam propostas para a formação matemática de professores dos primeiros anos escolares, que se tornam elementos de políticas públicas para a educação. Por hipótese de pesquisa consideramos que nossa interrogação poderá ser respondida a partir de estudos que levem em conta a imensa massa documental constituinte do acervo pessoal Estela Kaufman. Lançando mão dessa empiria para a realização da investigação, será possível analisar itinerários de educadores do estado do Rio de Janeiro na produção de saberes. O projeto, em específico, intenta mapear essa produção, investigar a sua circulação e analisar como ela se articula em nível nacional verificando a existência ou não de consensos sobre a matemática a estar presente na formação de professores.

PROJETO 2: DINÂMICAS DE SISTEMATIZAÇÃO DE SABERES MATEMÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO (1960-1990) - 2024- 2027

O projeto de pesquisa busca analisar os processos de sistematização de saberes matemáticos voltados para a formação de professores das séries iniciais no Brasil, entre 1960 e 1980. A pesquisa visa compreender os aspectos constitutivos desse movimento, identificando as dinâmicas e processos envolvidos na produção de novos saberes para o ensino de matemática nesse período. Utilizando ferramentas teórico-metodológicas baseadas em estudos sócio- históricos de autores como Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly (2017) e na história da educação matemática, especialmente a perspectiva de Bertini, Morais e Valente sobre a "matemática do ensino", a pesquisa examina a influência dos "experts" - detentores de saberes reconhecidos socialmente - na elaboração de propostas para a formação de professores. A hipótese é de que lançando mão dessa empiria para a realização da investigação, a análise da massa documental de Estela Kaufman permitirá compreender os itinerários dos educadores do Rio de Janeiro na produção de saberes, contribuindo para responder às questões de pesquisa propostas.

COORDENAÇÃO: Evelyn de Almeida Orlando

INTELECTUAIS CATÓLICAS: EDUCAÇÃO, CULTURA E POLÍTICA NOS CAMINHOS DE LEGITIMAÇÃO, SABERES E MODOS FAZER DA CONDIÇÃO FEMININA (1920-1980)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as intelectuais católicas e seus modos de atuação e constituição como tal. Busca-se em bases ampliadas, analisar a presença feminina católica nos debates intelectuais no Brasil dos anos de 1920 a 1980, sua luta por um lugar de produção e reconhecimento intelectual, seus modos de ser e estar no campo intelectual e os modos pelos quais, seja individual ou coletivamente, elas se organizam e intervêm na cena social, a partir do campo católico. Busca-se, ainda, analisar suas ações no entrecruzamento da educação, cultura e política, a fim de melhor compreender o alcance de suas ações e suas projeções no âmbito da esfera pública. O referencial teórico-metodológico está assentado na História Cultural e Intelectual e em estreito diálogo com o conceito de intelectual, de Jean-François Sirinelli e Gisèle Sapiro; intelectuais católicas de Florence Rochefort; campo, de Pierre Bourdieu; práticas e representações, de Roger Chartier, fundamentalmente. Os caminhos metodológicos passam pela apreensão dos seus modos de fazer-se intelectual, observando três principais frentes de atuação: as viagens empreendidas, a publicização de suas ideias pelas mídias impressas, mas não apenas, e as redes de sociabilidade empreendidas. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para supera uma lacuna no campo da História da Educação, onde o campo intelectual ainda aparece de forma predominantemente masculino, lançando luz a personagens que participaram muito ativamente dos acontecimentos do seu tempo, mas que foram apagadas pela historiografia. Também espera-se que a pesquisa contribua para a desconstrução de um estereótipo feminino, sobretudo quando se trata de educação, ao colocar em discussão as condições de produção dessa noção acerca das mulheres.

COORDENAÇÃO: Paula Leonardi

PROJETO 1: EDUCAÇÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de —monumentos e pela realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930.

Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões.

PROJETO 2: MARCAS NA CIDADE: CULTURA VISUAL, CRISTIANISMO E FORMAÇÃO DO CIDADÃO [2023-2026]

A partir da constatação de retrocesso na laicidade brasileira apontado por Cunha (2023) e de dados do IBGE sobre avanço do neopentecostalismo no Brasil, esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar as várias maneiras como as igrejas cristãs e os fiéis socializam/educam/formam o olhar e a memória dos sujeitos que habitam a cidade a partir de símbolos e imagens. A hipótese desta investigação é apoiada nas indicações de Sanchis (1994) e Setton (2008) de que é preciso estudar a laicidade e o ensino religioso no âmbito de práticas e artefatos da cultura. Supõe que as religiões cristãs se espalham pela cidade, dentre outros meios, pela cultura visual, símbolos e imagens difundidos em diversos suportes e produzidos não apenas institucionalmente como também pelos fiéis. Religiões são espaços de construção de sentido, e as pessoas que aderem a ela produzem, transmitem, negociam e apreendem dispositivos físicos, mentais e intelectuais que contribuem na construção do mundo social (SETTON, 2008). Pretende-se compreender a produção, a difusão e a recepção de símbolos e imagens nas diferentes cidades de atuação dos pesquisadores deste e nas diferentes faces do cristianismo, ainda que não consigamos cobrir todas as denominações. Edifícios, logo marcas, imagens em textos e imagens narradas, vídeos, postagens em redes sociais, artefatos, pichações, grafites e entrevistas estarão entre as fontes que serão coletadas de diferentes períodos históricos. A pesquisa parte de indagações do presente, inspira-se na filosofia da história de Walter Benjamin (1994) e no modo de fazer história de Carlo Ginzburg (1989). Acompanha reflexões da produção do conhecimento que considera o quanto monumentos da cultura podem transformar-se em monumentos da barbárie assim como ferramentas de transformação em momentos cristalizados de tensão, explodindo o continuum da história. Para apreendê-los, é preciso fazer pesquisa em slow down, a qualidade da observação e da análise são o foco.

COORDENAÇÃO: Sônia de Oliveira Câmara Rangel

PROJETO 1: INTELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940 (FASE IV) [2018-2027]

O projeto ambiciona investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que, mobilizados pela cruzada civilizatória da infância colocaram-se em defesa de sua proteção, assistência e educação. A partir da constituição das redes objetiva-se mapear e analisar as iniciativas públicas e privadas que se constituíram na cidade do Rio de Janeiro no período de 1890 a 1940. Com este intento, interessa tecer uma malha assistencial às infâncias por meio da composição de uma cartografia das ações promovidas pelos intelectuais e pelas instituições dos campos médico e jurídico. Em sua missão civilizadora esses intelectuais elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social visando promover a modernização do país. É no entrecruzamento das medidas organizadas na cidade-capital que pretendemos (re)constituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, o esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas a partir das quais as infâncias foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa, ainda, tencionar as matrizes que orientaram e conformaram a organização de dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres e desvalidas, bem como captar as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional e internacional no período de 1890 a 1940. Quanto à periodização proposta (1890-1940), está se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira, de que no período delineado entre os anos de 1890 a 1920, as iniciativas direcionadas às infâncias estiveram marcadas pela presença da filantropia assistencial prevalecendo, em grande parte, a ideia de que estas dependiam mais da vontade individual dos que se devotaram à causa da infância pobre do que propriamente de iniciativas públicas. A segunda, que entre as décadas de 1920 a 1940, teria ocorrido o processo de judicialização das infâncias e de formulação de políticas assistenciais e protetivas sob o predomínio do Estado tutelar.

PROJETO 2: POR UMA CARTOGRAFIA DAS INFÂNCIAS E SUA JUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL DE 1927 A 1990 [2022-2025]

Em diálogo com os campos da História da Educação, da História Social e da Sociologia, esta proposta de pesquisa objetiva analisar a produção das leis protetivas às infâncias no Brasil. Para isto, considera-se a promulgação do Código de Menores de 1927, do Código de Menores de 1979 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, como marcos reguladores das relações sociais concernentes às infâncias e às famílias. Assim, tomamos estes documentos como pontos de inflexão a partir dos quais concepções, ideias e projetos foram debatidos, constituindo-se como referências para a produção de marcadores sociais envolvendo raça, gênero e classe e, por conseguinte, na definição de estratégias e aparatos tutelares voltados às infâncias pobres no Brasil. O ponto focal da

análise busca compreender a relação entre as esferas pública e privada, em particular no que se refere a judicialização da infância e a ampliação do papel do Estado tutelar na regeneração/proteção/educação das crianças. A hipótese que mobiliza este estudo é que neste processo, setores da sociedade empenharam-se na montagem de um arcabouço jurídico-institucional direcionado a intervir sobre as infâncias empobrecidas e suas famílias. Nesse processo, ampliou-se a atuação do Estado como agência reguladora das relações sociais, aspecto que se considera plausível de ser observado nos momentos históricos demarcados neste estudo. Objetivando compreender os pontos de interseção, diálogos e embates entre as diferentes esferas de análise, utilizaremos como procedimento metodológico o mapeamento, cruzamento e problematização das fontes documentais como suportes de práticas sociais. Assim, busca-se aprofundar, em diálogo com a historiografia especializada, reflexões acerca dos debates jurídicos e das leis, bem como das instâncias responsáveis pela organização dos serviços e formulação das matrizes que conformaram as políticas de assistência e proteção às infâncias no país.

LINHA “GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES”

COORDENAÇÃO: Janaína Moreira Pacheco de Souza

MIGRAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E LINGUAGEM: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Os estudos de interseccionalidade oferecem uma contribuição fundamental para a compreensão da imigração e do ensino do português como língua de acolhimento (PLAc) no Brasil, ao possibilitarem uma análise mais aprofundada e crítica das experiências vivenciadas por estudantes oriundos dos novos fluxos migratórios. Em vez de tratá-los como um grupo homogêneo, a interseccionalidade permite evidenciar como diferentes marcadores sociais – como raça, etnia, nacionalidade, classe social, gênero e língua – se entrecruzam, moldando suas trajetórias educacionais. Essa perspectiva desafia abordagens simplistas sobre o processo de inclusão de estudantes, ressaltando a necessidade de considerar desigualdades estruturais, tais como: i) discriminação linguística; ii) desigualdades socioeconômicas; iii) racismo e xenofobia. Nesse contexto, este projeto propõe reflexões sobre os processos de inclusão de estudantes imigrantes, a partir de algumas questões norteadoras: quem é (ou são) esse(s) sujeito(s) que chegam às escolas brasileiras em condição de mobilidade? Quais são suas histórias, suas línguas, suas identidades e as demandas sociais subjacentes às suas trajetórias educacionais? Como a escola pode acolher, de forma ética e responsável, essas pluralidades que a desafiam cotidianamente? As desigualdades que atravessam esses processos são múltiplas e interligadas, exigindo abordagens pedagógicas que levem em consideração as interseções entre linguagem, identidade e pertencimento. Dessa forma, o projeto busca consolidar o conceito de uma área de investigação necessária e, ao mesmo tempo, pretende contribuir para a construção de políticas e práticas mais inclusivas, que combatam silenciamentos no campo educacional.

COORDENAÇÃO: Maria Celi Chaves Vasconcelos

DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA À EDUCAÇÃO DOMICILIAR: QUANTO DE PASSADO NO PRESENTE?

O Projeto tem como problema de pesquisa a análise das circunstâncias que envolviam e como ocorriam as práticas de educação doméstica no Rio de Janeiro oitocentista que, progressivamente, foram sendo substituídas pela escola instituída, tornando hegemônico o processo de escolarização. Complementando a questão problema, examina-se o movimento inverso, um século depois da supremacia incontestável da escola, quando sua exclusividade começa a ser questionada e a educação doméstica volta a ser pensada como uma modalidade instituída de educação, como pretendem algumas famílias adeptas da “educação domiciliar”, modalidade que tem conquistado seguidores, espaço na mídia e defensores para a sua regulamentação por meio de uma Legislação aprovada no Parlamento brasileiro. Diante desse contexto, a pesquisa pretende evidenciar o quanto de passado a educação domiciliar possui das práticas de educação doméstica realizadas no oitocentos, em suas motivações, escolhas, práticas, manuais, comportamentos, perspectivas, receios, autonomia e divergências em relação ao poder público e ao sistema instituído. Para tanto, resalta-se o diálogo com o referencial teórico de Reinhart Koselleck (2014; 2020), para quem os conceitos partem de experiências antecedentes e se desprendem delas incorporando outras, em um constante ir e vir de expectativas, sobrepondo-se passado e presente. Trata-se de uma pesquisa histórico-documental, que abrange um repertório diversificado de fontes, destacando-se periódicos, relatórios oficiais, literatura da época, egodocumentos, registros de viajantes etc., buscando argumentos em defesa da escolarização e ressignificações entre passado e presente. Como resultados obtidos, o Projeto tenciona contribuir não apenas para estudos no campo da história da educação, mas trazer elementos para discussão atual, na qual a educação doméstica, “reconceituada”, volta ao debate evidenciando seus limites como uma modalidade de ensino.

COORDENAÇÃO: Stela Guedes Caputo

FOTOETNOGRAFIA MIÚDA: ETNOGRAFIAS, INTERSECCIONALIDADES E AUDIOVISUALIDADES NAS PESQUISAS COM AS CRIANÇAS

Em nenhuma outra época se fotografou tanto e tantas fotografias circularam. Ainda que possamos ter a impressão de que tudo já foi dito sobre esse dispositivo que fabrica imagens, talvez, justamente por isso, por vivermos em um momento em que a fotografia digital está em toda parte e desterritorializada (Fontcuberta, 2015) é que devemos pensar ainda mais sobre ela. Embora as imagens sejam velhas conhecidas da antropologia, a produção teórico-metodológica das pesquisas como registro técnico de imagem é mais recente (Mathias, 2016). Porém, quanto mais comuns forem os usos de fotografias, filmes e outras imagens nas pesquisas, maior o desafio de pensá-los, inclusive na Educação, e nos Estudos da Infância, já que a fotoetnografia (Achutti, 2004) também não é exclusiva da antropologia. As imagens são conhecimentos que envolvem disputas, dominações, enfrentamentos, resistências, produções de linguagens, narrativas. Mas a preocupação com a produção fotográfica nas pesquisas com crianças, na maioria das vezes, fica limitada a exigência e, portanto, obtenção do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido) para que as pesquisas sejam aprovadas pelos Conselhos de Ética. Os documentos são fundamentais, mas a realização de uma fotografia (também em nossas pesquisas) é uma decisão alimentada por inúmeros detalhes e escolhas éticas e estéticas sequer cogitados. Por exemplo: por que fotografamos? Quem escolhemos fotografar? Quem está ausente das fotografias? O que entra no foco? Como compomos a imagem? Qual a posição da pesquisadora ou do pesquisador no momento da fotografia? Porque e como editamos as fotografias? Qual o destino de nossos acervos fotográficos e filmicos produzidos nas pesquisas? Cada pequena decisão é estética, ética, portanto, política e epistemológica. Para nós que pesquisamos com crianças, fotografar, filmar, editar, expor, compartilhar, é cada vez mais frequente. Se é assim, a reflexão de como lidamos com essa profícua produção de imagens e suas circulações, também precisa avançar, ser mais frequente e profunda. É com as crianças, portanto, que buscamos fazer o que chamamos de Fotoetnografia Miúda (Caputo, 2018). Uma etnografia que sente, subjetiva, interpreta, experencia, compartilha as culturas infantis (Sarmiento, 2007) com as fotografias e filmes produzidos com elas. Bateson (2018) disse que, no decorrer de sua existência colocou as descrições de tijolos, de jarras e de bolas de sinuca, numa caixinha e, ali, deixou-as repousar em paz. Numa outra caixa, diz ter colocado coisas vivas como os caranguejos do mar, os homens e as questões de diferença. “Colocarei, assim, as imagens (todas as imagens) ao lado dos caranguejos do mar e das borboletas, isto é, na caixa das coisas vivas. São elas que a mim interessam.”, completa o autor. O objetivo desse projeto, que desenvolvo no Grupo de Pesquisa Kékeré, é pensar fotografia e imagem como coisas vivas. É também pensar, na interseccionalidade, como as fotografias e filmes fazem viver nossas pesquisas com crianças. As pesquisas que desenvolvo, são praticadas nos terreiros brasileiros, ouvindo as crianças de terreiros (Caputo, 2012) como protagonistas. Mas o projeto atual não toma as crianças de terreiros como exclusivas, pois queremos pensar os desafios éticos e estéticos em qualquer pesquisa que use a fotografia como linguagem.

COORDENAÇÃO: Virgínia Louzada

A ENTRADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): O CONTEXTO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Avaliação, Infâncias e Interseccionalidades (GEPPAI) atua com projetos de pesquisa sobre avaliação na/da educação infantil (EI), a saber: a) avaliação na EI, que diz respeito à relação que se estabelece entre professores/as e crianças – nomeada como avaliação da aprendizagem; b) avaliação da EI, sobre a perspectiva macro, políticas de avaliação pensadas para a primeira etapa da educação básica – entre elas a avaliação de contexto; c) avaliação institucional participativa – baseada em princípios como gestão democrática, qualidade negociada e qualidade social. Conta com a participação de pesquisadores/as e instituições de ensino superior e educação básica. O projeto acompanha os efeitos da entrada da educação infantil no sistema nacional de avaliação a partir da rede pública municipal de educação carioca. Neste sentido, em diálogo com o projeto, objetiva-se orientar, preferencialmente, pesquisas de mestrado e doutorado que tenham como temática sistemas de avaliação para a educação infantil em redes públicas municipais, a relação que se estabelece entre professores/as e demais atores que atuam no cotidiano das escolas, professores/as e crianças desta faixa etária em diálogo com diferentes interseccionalidades – gênero, raça, classe social, entre outras – e as avaliações formais e informais. Estudos e pesquisas das áreas da avaliação educacional, infâncias e juventudes compõem o referencial teórico utilizado. Pretende-se, desta forma, contribuir para o debate sobre a qualidade de uma educação pública socialmente referenciada para crianças e jovens das classes populares a partir das pesquisas realizadas pelo grupo.